



MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO DESVIANTE E DA JUSTIÇA

Do silêncio à aceitação: percursos e desafios das famílias de pessoas trans* em Portugal

Ana Maria Moreira Silva

M

2019





Do silêncio à aceitação: percursos e desafios das famílias de pessoas trans* em Portugal

Ana Maria Moreira Silva

Outubro 2019

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor ***Carlos Manuel Gonçalves*** (FPCEUP) e pela Professora Doutora ***Liliana Graciete Fonseca Rodrigues***

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Sísifo

Recomeça....

Se puderes

Sem angústia

E sem pressa.

E os passos que deres,

Nesse caminho duro

Do futuro

Dá-os em liberdade.

Enquanto não alcances

Não descanses.

De nenhum fruto queiras só metade.

E, nunca saciado,

Vai colhendo ilusões sucessivas no pomar.

Sempre a sonhar e vendo

O logro da aventura.

És homem, não te esqueças!

Só é tua a loucura

Onde, com lucidez, te reconheças...

Miguel Torga, Diário XIII.

Agradecimentos

Realizar o presente trabalho e ter chegado ao fim desta etapa, representa para mim um dos maiores desafios da minha vida. No início tudo parecia muito distante e difícil, no entanto, após muitas aprendizagens, inquietações, crescimento, angústias, alegrias e noites sem dormir, cá cheguei... Mas não efetuei sozinha este percurso, tive a sorte, a felicidade de estar rodeada de pessoas muito significativas para mim, que me ajudaram a alcançar esta meta, sem as quais nunca teria sido possível a concretização deste sonho. Não posso, portanto, deixar de expressar a minha mais profunda gratidão a essas pessoas:

Ao Professor Doutor Carlos Manuel Gonçalves, porque foi para mim muito mais do que um Orientador académico. Porque esteve comigo desde o primeiro passo que dei na FPCEUP, porque me aceitou e apoiou desde o início, não recusando enfrentar comigo este desafio. Porque é um exemplo de sabedoria, conhecimento, simplicidade e humildade. Porque é um excelente Professor e Orientador, mas principalmente pelo maravilhoso Ser Humano que é, muito muito obrigada Professor Carlos Gonçalves.

À Professora Doutora Liliana Graciete Fonseca Rodrigues, por ter aceite coorientar este trabalho e por todo o conhecimento que tem acerca da temática. Obrigada por me ter questionado, problematizado e feito chegar mais longe.

À Professora Doutora Conceição Nogueira, por ter marcado as minhas escolhas académicas.

À Doutora Sara Magalhães, à Teresa Teixeira, à Ana Rita Grave, à Daniela Leal e ao Jorge Peixoto, porque terem estados sempre disponíveis para responder às minhas dúvidas, por me apoiarem e motivarem nas diferentes fases deste processo.

A todos e todas as docentes da FPCEUP com quem tive a honra de me cruzar, pois os conhecimentos que partilharam e as questões a que deram resposta, foram um riquíssimo contributo para esta caminhada.

Ao Professor Doutor Carlos Peixoto, porque um dia abalou a minha inércia e me incentivou a não esperar mais para concretizar um sonho. Não consigo esquecer as palavras que ficaram a ecoar na minha cabeça, “Mas de que é que está à espera para se candidatar? Porque não tenta já este ano?” por isso decidi entrar nesta aventura e o que era um sonho para adiar teve início nesse mesmo ano de 2014.

Às e aos participantes deste estudo, pelas aprendizagens, disponibilidade, partilha sincera, paciência e confiança. Conhecer-las/os foi um verdadeiro privilégio e

não mais vou esquecer as conversas que tivemos... ganharam um lugar especial na minha lista de considerações. E, como sempre lhes disse, sem elas/es, este trabalho nunca aconteceria... mil obrigadas!

À AMPLOS (Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género) muito obrigada pelas aprendizagens, pela colaboração. Podem sempre contar comigo.

Às/aos minhas/meus Amigas/os de sempre, cuja amizade resistiu durante estes cinco anos em que estive quase totalmente ausente das suas vidas. Obrigada por entenderem e saberem esperar o meu regresso sem que isso afetasse a nossa amizade.

À Ilda e ao Sr. Joaquim, pelo abrigo, pelo apoio, pelo sossego e pelo ar puro, numa fase em que eu já nem conseguia quase respirar.

Às/aos novas/os Amigas/os da faculdade, pela cumplicidade, apoio nas dificuldades, por me ouvirem, suportarem as minhas loucuras, as minhas inseguranças e por vezes a minha falta de paciência (mas sabem como é, a idade não perdoa...). Adoro-vos do fundo do coração, vocês sabem que são as “minhas pessoas” e por isso “*I LOVE YOU*”.

Principalmente à minha família, a minha mãe, o meu marido, os meus filhos e os meus afilhados, obrigada por suportarem as minhas ausências, obrigada pela vossa presença e apoio. Principalmente a ti meu marido, sem ti nunca, nunca, nunca teria conseguido. Obrigada por teres compreendido o quanto este percurso é importante para mim, por teres assumido quase todas as minhas tarefas, por todas as noites em que dormiste sozinho, por todas as horas em que não estive presente (mesmo quando estava fisicamente, mas estava a estudar...) e por nunca, mas nunca mesmo me teres cobrado nada e sempre me teres incentivado. És o meu AMOR.

Finalmente, quero dedicar todo este meu percurso assim como o presente trabalho ao meu pai. Os anos passam e a sua ausência continua a ser difícil de suportar. Como eu gostaria que cá estivesse ainda, a partilhar hoje comigo o orgulho que sinto por ter ultrapassado este desafio, mas esteja onde estiver, sei que estará igualmente orgulhoso da sua filha. Obrigada PAI, por tudo... e um dia a gente volta a dar aquele abraço!

Resumo

Este estudo, de carácter exploratório, tem o objetivo compreender as vivências, significados e experiências das mães e/ou pais face à aceitação do *coming-out* dos/as filhos/as trans* na família alargada.

A reflexão acerca das envolvências das vidas das pessoas trans* tornou evidente a importância do apoio familiar (Moreira, 2014) não só da família nuclear, como da família alargada. Suscitou ainda interrogações acerca do papel que a família alargada poderia desempenhar (se seria um papel de suporte, quer para a própria pessoa trans, quer para a sua família nuclear ou, se pelo contrário, poderia interferir negativamente na situação, dando origem a constrangimentos e sofrimentos acrescidos). Através da revisão da literatura, percebeu-se a lacuna existente na investigação ao nível destas famílias e a importância da realização de um estudo nessa temática na população portuguesa.

Para a concretização deste trabalho, foram realizadas 12 entrevistas individuais, semiestruturadas, a mães e pais de pessoas trans (9 mães e 3 pais). A sistematização e análise dos dados foi efetuada de acordo com as propostas de Braun e Clarke (2006), e da qual emergiram quatro temas principais: (i) conceções de género; (ii) necessidades; (iii) vivências nas relações face ao *coming out*; (iv) significados e emoções). Estes temas representam o percurso realizado, e os desafios enfrentados por estas mães e por estes pais, desde o silêncio imediato ao *coming out* das/os suas/seus filhas/filhos até à aceitação e *coming out* familiar.

Através dos discursos das/os participantes retiraram-se algumas conclusões das quais se salientam: a importância da família alargada enquanto local de pertença e suporte para as/os mães e pais de pessoas trans*; que as mães e pais de pessoas trans* necessitam do apoio da família alargada e que este seja demonstrado de forma clara e inequívoca; e que reações apoiantes da família alargada estreitam laços afetivos, enquanto que reações neutras ou negativas levam ao afastamento e/ou rotura de relações. Salienta-se ainda o papel das/irmãs/os enquanto aliados preferenciais das mães e pais de pessoas trans*.

Palavras-Chave: trans, família, família alargada, géneros, *coming out*, aceitação, desconstrução.

Abstract

This exploratory study aims to understand the lives, meanings, and experiences of parents within the extended family, when accepting their trans children's *coming out*.

The reflexion on the scope of trans people's lives made clear the importance of the family's support (Moreira, 2014) not just the nuclear family but also the extended family. This consideration raised questions regarding the role the extended family might have (be it a supportive role, both of the trans person and of the nuclear family, or a negative influence leading to embarrassment and added suffering). Through a revision of literature, the gap in research regarding these families was obvious, and so was the importance of carrying out a study on this topic within the Portuguese population.

In conducting this study, 12 semi-structured interviews of individual parents (9 mothers and 3 fathers) of trans people were carried out. The data codification and analysis was completed in accordance with Braun and Clarke's (2006) proposals, from which emerged four main themes: (i) the concept of gender; (ii) needs; (iii) experience within the relationships in regards to coming out; (iv) meanings and emotions. These themes represent the steps taken and the challenges faced by these mothers and fathers, from the immediate silence to their children's coming out, to acceptance and the family's coming out.

From the participants' discourse were drawn several conclusions, the most significant being: the importance of the extended family as a space of belonging and support to parents of trans people; that the parents of trans people need the support of the extended family, and need this support to be demonstrated clearly and unequivocally; and that supportive responses from the extended family strengthen affective ties, whilst neutral or negative reactions lead to distancing and estrangement. It is also of note the role of siblings as preferential allies of parents of trans people.

Key-words: trans, family, extended family, gender, coming out, acceptance, deconstruction.

Resumé

Cette étude exploratoire eu l'objectif de comprendre le vécu, les significations e les expériences des mères et/ou pères face à l'acceptation du coming-out des enfants trans* dans la famille élargie.

Une réflexion concernant la vie des personnes trans*, a rendu évident le besoin d'un support familial, non seulement de la famille proche, tout comme de la famille élargie. Soulevant ainsi des questions sur le rôle que la famille élargie pourrait représenter (aurait-elle un rôle de support envers la personne trans et la famille proche, ou, au contraire, aurait-elle un rôle négatif apportant un surplus de contraintes et de souffrance). Une révision de la littérature, permet de constater le manque d'investigations au niveau de ces familles et l'importance d'étudier cette thématique dans la population portugaise.

Pour cette investigation, 12 interview individuelles, semi-structurées, aux parents de personnes trans (9 mères et 3 pères) ont été réalisés. La systématisation et l'analyse de donnée a été effectuée selon la proposition de Braun e Clarke (2006), dont surgissent quatre thèmes principaux: (i) conceptions de genre; (ii) nécessités; (iii) les vécus face au coming out; (iv) signifiants et émotions. Ces thèmes représente le chemin parcourus et les défis affrontés par ces parents, du silence immédiat au coming out de/s filles/fils jusqu'à l'acceptation et le coming out familial.

D'après les discoures des participants, certaines conclusions fur révélée, dont: l'importance de la famille élargie comme objet d'identification et de support pour les mères/pères de personnes trans*; que les parents de personnes trans* ont besoin de support de la famille élargie et que cela soit démontré de façon claire et évidente; et que des réactions partisans de la famille élargie renforce les liens affectifs, tandis que les réactions neutres ou négatives finit par éloigner et/ou rompre les relations. Il est important aussi de mentionner le rôle des frères et sœurs en temps que les alliées que les parents des personnes trans* préfèrent.

Mots-clés: trans, famille, famille élargie, genres, *coming out*, acceptation, déconstruction.

Índice

Introdução	1
I. Enquadramento Concetual	3
1. Conceitos e terminologias	3
2. O direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa – a realidade em Portugal	6
3. (Des)Configurações familiares e vivências trans*	8
4. Dinâmicas familiares no processo de construção da identidade Trans*	9
II. Estudo Empírico	15
1. Objetivos da investigação	15
2. Participantes	15
3. Instrumento de recolha de dados	17
4. Procedimento de recolha de dados	18
5. Pressupostos de Análise de Dados	19
6. Análise e discussão de resultados	20
6.1. Conceções de Género	21
6.2. Necessidades	26
6.3. Vivências nas Relações face ao <i>Coming Out</i>	30
6.4. Significados e emoções	35
7. Conclusão	43
Referências Bibliográficas	47
Anexos	54

Índice de anexos

Anexo 1. Pedido de participação na investigação	55
Anexo 2. Guião da Entrevista	56
Anexo 3. Declaração de Consentimento Informado	58
Anexo 4. Ficha de Dados Sociodemográficos	59
Anexo 5. Mapa Temático da Análise de Dados	60
Anexo 6. Mapa do Tema “Conceções de Género”	61
Anexo 7. Mapa do Tema “Necessidades”	62
Anexo 8. Mapa do Tema “Vivências nas Relações face ao <i>Coming</i>	63
Anexo 9. Mapa do Tema “Significados e Emoções”	64

Índice de Tabelas

Tabela 1. Dados Sociodemográficos dos/as participantes	65
--	----

Índices de Figuras

Figura 1. Mapa temático da análise	21
--	----

Lista de Abreviaturas e Siglas

cf. - confira

e.g. - por exemplo

et al. - e outros (autores/as)

LG - Lésbicas, Gays

LGB - Lésbicas, Gays, Bissexuais

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero

LGBTQ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, Queer,

ONU - Organização das Nações Unidas

Introdução

“Lá está, porque nós pensamos sempre como é que as outras pessoas... como é que nós vamos dizer às outras pessoas... como é que as outras pessoas vão encarar a situação...” (Paula)

O presente trabalho insere-se na área de estudos da diversidade, sobre transexualidades e famílias. A temática que se coloca em reflexão são as dinâmicas e relações familiares nos processos de construção das identidades trans*.

No contexto académico nacional têm surgido alguns estudos centrados nas populações trans* como é o caso de Viagens Trans(Género) em Portugal e no Brasil: Uma Aproximação Psicológica Feminista Crítica (Rodrigues, 2016) e Intenções Parentais, Vias para a Parentalidade e Experiências no Contexto de Saúde de Pessoas Trans (Marinho, 2019) entre outros. No entanto, estes estudos inovadores e de significativa importância, estão focalizados nos discursos e significados das próprias pessoas trans* e não nas famílias. Catarina Moreira (2014) realizou uma investigação inovadora, centrada nas vivências de mães e pais face à identidade de género dos/as filhos/as não conforme o sexo – “A caminho da aceitação”, concluindo, que são diversos os caminhos destas pessoas, trilhados com rumo à felicidade e minimização do sofrimento das/os suas/seus filhas/os, em quem centralizam a sua experiência. As novas configurações familiares também têm sido alvo de atenção, como é o caso dos estudos sobre parentalidade com lésbicas e gays (Gato, 2014; Gato & Fontaine, 2011). Estes estudos são importantes na desmistificação da parentalidade heterossexual, mostrando que a parentalidade homossexual garante o bem-estar da criança e a realização das pessoas enquanto mães e pais. Contudo, o foco são as famílias homoparentais e não as mães e pais de pessoas trans*.

Refletindo a partir desses trabalhos e da revisão da literatura existente, colocou-se a questão de quantas mais pessoas compõem os agregados familiares para além de pais e mães (restante familiar nuclear/irmãos e família alargada-avós/avôs, tias/tios, primas/primos...) e das dificuldades que podem sentir as mães e pais de pessoas trans*, devidas à influência e interferência dos restantes membros da família. Tornou-se relevante a importância de explorar como é vivida essa diversidade no contexto familiar, não só na família nuclear como na família alargada, muitas vezes desvalorizada socialmente, mas com poder implícito nas dinâmicas da família nuclear

(Kim, Spangler & Gutter, 2018) principalmente no contexto português, uma sociedade predominantemente assente na cultura cisheteronormativa e em padrões culturais, ideologias e valores tradicionais, como a família e a religião, o binarismo de género (não se equacionando outras possibilidades que não as de masculino e feminino) (Rodrigues, 2016).

Tal como sugere o título desta dissertação, “Do silêncio à aceitação: percursos e desafios das famílias de pessoas trans* em Portugal” pretendeu-se estender o olhar sobre as famílias e compreender as vivências, significados e experiências das mães e/ou pais face à aceitação do *coming-out* dos/as filhos/as trans* na família alargada.

Assim, no que respeita à organização do presente trabalho, este encontra-se dividido em enquadramento concetual e estudo empírico (metodologia, análise e discussão de resultados e conclusão).

No Enquadramento Concetual, desenvolvido a partir da revisão da literatura efetuada, abordam-se conceitos e terminologias (enquanto facilitadores da leitura e compreensão do trabalho); a legislação portuguesa, no que diz respeito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa e a sua implicação na vida das pessoas trans*; as (des)configurações familiares e as vivências trans*, os desafios, a (re)organização e a construção de novos sentidos e significados; e as dinâmicas familiares no processo de construção da identidade trans*, como é que em família, se significa o género e as contruções das identidades.

No Estudo Empírico, apresentam-se as questões e os objetivos da investigação, caracterizam-se as/os participantes na investigação e as escolhas metodológicas para recolha e análise dos dados e ainda a análise e discussão de resultados e a conclusão.

Na análise e discussão de resultados, apresentam-se os conteúdos temáticos emergentes da análise dos dados, segundo a perspetiva da investigadora, numa pretensão de dar sentido às vivências das/os participantes, orientada e sustentada pela revisão da literatura atualizada acerca da temática abordada.

Na Conclusão, encontram-se as principais conclusões desta investigação, as suas implicações para a prática psicológica, assim como algumas limitações e sugestões para futuras investigações.

I Parte: Enquadramento Concetual

1. Conceitos e terminologias

As questões de género estão cada vez mais presentes na vida das pessoas e das sociedades, dando origem a inúmeras discussões, desde os contextos médicos, aos políticos (Rodrigues, 2016) aos religiosos e até à população em geral (fruto da sua divulgação nas redes sociais) e obtendo atenções desde a comunicação social ao meio académico. Juntamente com esta visibilidade, foram surgindo, no contexto português, inúmeros estudos académicos e artigos científicos com especial enfoque na diversidade humana e na compreensão das suas especificidades (Rodrigues, 2016) como é o caso dos estudos (e.g.): As experiências dos cuidados de saúde de pessoas transexuais em Portugal: Perspetivas de profissionais de saúde e utentes (Pinto & Moleiro, 2012); A Caminho da Aceitação... Vivências de Mães e Pais Face à Identidade de Género dos/as Filhos/as Não Conforme o Sexo Entre (Moreira, 2014); Desidentificações de Género: Discursos e Práticas (Grave, 2016); Entre o Humano e a Normatividade: uma análise Queer em torno do (Não)Binarismo de Género (Teixeira, 2016); Viagens Trans(Género) em Portugal e no Brasil: Uma Aproximação Psicológica Feminista Crítica (Rodrigues, 2016); Intenções Parentais, Vias para a Parentalidade e Experiências no Contexto de Saúde de Pessoas Trans (Marinho, 2019) e a nível internacional (e.g.): Transfamily Theory: How the Presence of Trans* Family Members Informs Gender Development in Families (McGuire, Kuvalanka, Catalpa & Toomey, 2016); Youth Disclosure of Sexual Orientation to Siblings and Extended Family (Grafsky, Hickey, Nguyen, & Wall, 2018); Education Needs of Families of Transgender Young People: A Narrative Review of International Literature (Sharek, Moore, & McCann, 2018)

Todo este mediatismo e polémica têm consequências, acabando por atingir vários aspetos da linguagem utilizada em torno das questões de género, das identidades e das sexualidades. De forma a facilitar a compreensão do presente trabalho e numa tentativa de ir problematizando as identidades trans* apresenta-se uma clarificação de conceitos assumidos a partir da revisão do estado da arte. A apresentação dos conceitos impõe-se, apesar de conscientes do quanto estes conceitos podem ser redutores e limitadores da diversidade humana, assim como provisórios (Missé, 2014; Rodrigues, 2016) redefinindo-se e moldando-se a partir da realidade e das experiências das pessoas

(Missé, 2014). Assim, apresentam-se abaixo alguns conceitos e terminologias que se consideraram essenciais para facilitar a leitura e a compreensão do presente trabalho:

Um dos conceitos básicos é **Sexo**. Considerando-se que este é atribuído à nascença, como “macho” ou “fêmea”. Refere-se a um conjunto composto por sexo anatómico, reprodutivo, morfológico e cromossômico. A variabilidade de combinações pode ser muito mais extensa do que a redutora concepção binária de masculino e feminino (Stryker, 2006).

Por **Gênero**, entende-se a procura em traduzir o significado social atribuído ao sexo. A distinção entre sexo e gênero surge com a intenção de contestar a concepção de biologia-como-destino, apesar do sexo parecer biologicamente definido, o gênero é culturalmente construído com associação aos contextos geopolíticos e a determinadas características anatómicas, comportamentos, atitudes e formas de estar na vida com influência nas apropriações sociais e na participação no espaço público (Platero, 2014).

Outro importante conceito é o de **Identidade de Gênero**. Este conceito refere-se aos processos psicossociais pelos quais cada pessoa constrói um sentido de si (feminino, masculino ou outro) independentemente do sexo atribuído à nascença (Lev, 2004). É uma experiência interna e pessoal, sem visibilidade para o exterior (Dragowski, 2014) face às construções sociais e históricas de gênero, sendo sempre diferente o modo e a forma que cada pessoa utiliza para pensar em si própria, se nomear e apresentar (Missé, 2014). A identidade de gênero também pode ser entendida enquanto conjunto de atitudes de uma pessoa face aos construtos de gênero e normas sociais que promovem a identificação binária enquanto homens ou mulheres ou o quebrar com qualquer um desses conceitos (Platero, 2014; Rodrigues, 2016).

Introduzido por Lucas Platero no seu livro Trans*sexualidades, o termo **Trans*** é um conceito guarda-chuva, não patologizante, com raízes nos movimentos ativistas (Rodrigues, 2016) que alberga toda a heterogeneidade de experiências, todas as identidades não conformes com o sexo/gênero atribuído à nascença (transgênero, transexual...) (Rodrigues, 2016) não fazendo distinção entre pessoas com ou sem redesignação sexual. O assumir desta designação deve-se ao facto de, apesar de se reconhecer a diversidade de experiências de pessoas que se identificam como trans, transexuais, transgênero, etc., todas estas pessoas são alvo do mesmo sistema opressor e de transfobia (conceito que será abordados mais adiante). Logo, podem ser consideradas todas as pessoas que rompam com as aparências e expectativas referentes ao sexo que

lhes foi atribuído à nascença (Platero, 2014). No presente trabalho será assumida esta designação (exceto, no que respeita ao contexto biomédico ou respeitando a designação utilizada por algum autor)

Por **Transexuais** entendem-se as pessoas que apresentam uma não-conformidade entre o sexo biológico (determinante do género atribuído à nascença) e a identidade de género eleita. Na maior parte dos casos, estas pessoas ambicionam corpos adequados à sua identidade de género. Para esse efeito recorrem a tratamentos hormonais, intervenções cirúrgicas ou outras (Moreira, 2014; Rodrigues, 2016).

Expressão de Género é um conceito relativo à forma de expressão, de comunicação do género. Dependendo do meio sociocultural onde a pessoa se insere, está relacionada com a aparência, com o comportamento e o modo de apresentação à sociedade, indo ou não de encontro às expectativas associadas a cada um dos géneros (Jesus, 2012).

A **disforia de género** é uma terminologia patologizante das vivências trans*, referente ao modelo biomédico e que remete para “perturbação mental”. O *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais* (DSM-5) descreve a disforia de género como sendo uma incongruência entre o género atribuído à nascença (com base nos caracteres sexuais) e a identidade de género experienciada pela própria pessoa. Já o Manual de Classificação Internacional de Doenças (CID-10) (WHO, 2010) apresentava uma classificação igualmente patologizante para as transexualidades (perturbação mental) esta realidade foi alterada aquando da revisão e da sua última edição, em que as questões trans* foram retiradas da lista das perturbações mentais (CID-11, 2018).

Outro conceito também muito importante nestas questões é a **Transfobia**, sendo esta uma forma de discriminação e/ou preconceito sobre as pessoas em função da sua identidade e expressão de género. Pode consistir em comportamentos violentos, de ódio, de opressão e rejeição sobre as pessoas trans* e sobre qualquer pessoa que apresente uma não conformidade com as normas socialmente impostas para cada um dos géneros, masculino/feminino (Jesus, 2012; Platero, 2014; Rodrigues, 2016).

O conceito **Cis (Cissexuais, Cisgénero)** é referente à pessoa não trans*. Este conceito surgiu cerca de 70 anos após os conceitos trans*, em consequências dos movimentos de luta pelos direitos trans*, como forma de denominar o opressor (Rodvalho, 2017). No entanto, foram precisamente as pessoas não trans*, que ao criarem o conceito e ao nomearem outras pessoas como transexuais, acabaram por delimitar a sua própria existência (Pontes & Silva, 2018).

2. O direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa – a realidade em Portugal

Tendo em conta a população sobre a qual este estudo se debruça e o quanto as questões legais afetam as suas vidas, torna-se necessária uma abordagem à lei e respetivas alterações legislativas levadas a cabo nos últimos anos.

Até 2011, a realidade portuguesa apresentava um vazio legal (ISCTE, 2016) e a supremacia da regulação legal assente no paradigma médico. Esta realidade espelhava um total desrespeito pelos direitos e pela dignidade das pessoas trans*, que viviam na incerteza jurídica do reconhecimento legal da sua identidade. Para verem reconhecido o direito à sua identidade e minimizadas as situações de exclusão social e discriminação originadas pela não conformidade entre a autoidentificação de género e os documentos legais, as pessoas tinham que intentar uma ação judicial contra o Estado português, através de um processo extremamente burocrático, moroso, humilhante, violentador e desrespeitoso dos Direitos Humanos (exigia, como requisitos obrigatórios, a submissão a tratamentos médico cirúrgicos de redesignação sexual e esterilização (ISCTE, 2019)), solicitando que o Estado considerasse a existência de erro no assento de nascimento (ISCTE, 2016; Nunes, 2016).

No ano de 2011, entrou em vigor a Lei nº 7/2011, também conhecida pela Lei da Identidade de Género (LIG) que estabeleceu e regulou o processo administrativo que possibilitava o reconhecimento legal da identidade de género. Perante esta lei, poderiam requerer este procedimento pessoas de nacionalidade portuguesa, maiores de idade que não se encontrassem legalmente interditadas ou sofressem de anomalia psíquica e a quem fosse diagnosticada a perturbação de identidade de género (ISCTE, 2016; Nunes, 2016). Esta lei foi considerada pela European Commission como sendo “*A primeira lei em contexto europeu que possibilita a mudança de nome e o reconhecimento legal do género e que vai de encontro aos Princípios de Yogyakarta e às Recomendações do Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa entrou em vigor em Portugal*” (EC, 2012, P.72. cit in ISCTE, 2016). As pessoas trans* têm sido contempladas em alguns documentos internacionais. Os Princípios de Yogyakarta são um desses documentos (apresentados no Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra, em 26 de maio de 2007) (Corrêa & Muntarhorn, 2007) estabelecendo vários

princípios (e.g. Princípio 24. Direito de Constituir uma Família) que remetem para a aplicação da legislação internacional de direitos humanos, nos campos das orientações sexuais e das identidades de género (Rodrigues, 2016).

Esta lei, apesar de ter sido considerada como inovadora, por não exigir como requisito obrigatório, a redesignação sexual, (tratamentos hormonais, procedimentos de esterilização e cirurgia de redesignação sexual) (ISCTE, 2016; Marinho, 2019) não deixava de apresentar uma visão biomédica (Rodrigues, 2016) e um carácter patologizador, pois obrigava ao diagnóstico de perturbação de identidade de género. Nesta conformidade, para poderem aceder ao direito de lhes ser reconhecida a identidade de género com a qual se identificavam, as pessoas teriam que se submeter a avaliações efetuadas por equipas multidisciplinares de sexologia clínica e psicologia (ISCTE, 2016; Marinho, 2019; Nunes, 2016; Rodrigues, 2016)

No dia 8 de agosto de 2018, entrou em vigor a Lei nº 38/2018, (através do Despacho nº 7247/2019 – que, sumariamente, estabelece as medidas administrativas para implementação do previsto no nº 1 do artigo 12º da Lei nº 38/2018, de 7 de agosto) referente ao Direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa.

Com esta nova lei, fica estabelecido o direito das pessoas à afirmação da sua autodeterminação da identidade de género e expressão de género. Podendo então reclamar este direito (através de abertura de um processo no registo civil para alteração do nome próprio e do sexo) todas as pessoas de nacionalidade portuguesa, maiores de idade (não interditas ou inabilitadas por anomalia psíquica) e todas as pessoas de idade compreendida entre os dezasseis e os dezoito anos, cuja identidade de género não esteja conforme com o sexo/género atribuído à nascença (estas últimas terão que o fazer através dos seus representantes legais, e de um relatório atestando a sua vontade, livre, expressa e informada e que se encontram na plena posse das suas capacidades de tomada de decisão – o referido relatório terá que ser realizado por qualquer médico/a ou psicólogo/a, desde que devidamente inscritos/as nas respetivas Ordens) (APAV, 2018).

Apesar de apresentar ainda algumas limitações e não corresponder totalmente ao que seria socialmente reivindicado e esperado (porque não contempla a sua aplicação a pessoas migrantes, nem a possibilidade da autodeterminação a pessoas menores de idade) (ILGA, 2019), esta nova lei pode, no entanto, contribuir para diminuir as situações de discriminação. O estudo encomendado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, em 2010, *“Estudo sobre a discriminação em função da*

orientação sexual e da identidade de género” demonstrou que o grupo que mais sofre com a discriminação em Portugal são as pessoas trans* (Costa, Oliveira, & Nogueira, 2010; Rodrigues, 2016). Por isso, urge esbater barreiras e facilitar a integração no espaço social, assim como promover o bem-estar das pessoas trans* (ISCTE, 2016), permitindo que possam exercer, de forma livre, o direito à cidadania e à vivência da sua própria personalidade (Platero, 2014). Esta nova condição poderá contribuir para diminuir o peso social negativo das etiquetas e dos entraves devidos à incongruência entre a sua identidade e o seu nome e sexo legal, pois a documentação legal é necessária em muitos atos públicos e sociais (e.g., serviços de saúde, candidaturas a empregos, exercer o direito ao voto) (ISCTE, 2016; Rodrigues, 2016).

3. (Des)Configurações familiares e vivências trans*

Apresenta-se um olhar sobre as dinâmicas, ciclos e (des) equilíbrios da família por parecer relevante para a compreensão dos fenómenos relacionais emergentes quando a estrutura familiar é abalada e é desafiada à (re)organização, à construção de novos sentidos e significados.

Para Relvas (2006), a família é como um organismo vivo, sujeito a mudanças e a ciclos, um sistema com subsistemas, um todo composto por partes (a individualidade de cada pessoa e os papéis que representam). Como tal, é um todo dependente das pessoas que a compõem, pelo que se torna una e única. Esse organismo (enquanto grupo) vai passando por mudanças. Paralelamente, também os seus membros vão passando por mudanças individuais. As mudanças na família estão intrinsecamente relacionadas com as características individuais de cada elemento, assim, como com a pressão que a sociedade impõe, para o assumir de diversos papéis essenciais à sobrevivência e continuidade da família. Consequentemente estas mudanças podem implicar reestruturações (devido às dimensões das alterações que provocam) e são cruciais para a continuidade da estrutura. Existe uma continuidade na estrutura pré e pós “mudança”, pois vão existir tentativas para encontrar novas respostas, um (re)equilíbrio, sem que haja uma rotura com o modelo anterior, surgindo assim novos modelos relacionais. Estes processos são transversais a todas as famílias, sendo a forma e os meios com que lidam com as “mudanças” (flexibilidade, abertura, criatividade, etc.) o que as diferencia.

Para Alarcão (2002), que igualmente considera a família como um organismo vivo que se auto-organiza, é o complexo arranjo das relações entre os seus elementos que define uma organização familiar, cuja qualidade é referente à diversidade dos seus elementos. As transformações ao longo de todo o ciclo, garantem a durabilidade e a solidez da estrutura familiar independentemente de todo o tipo de mudanças, pressões ou perturbações que possam surgir. Assumindo como barómetro essa solidez, algumas mudanças são percebidas como sendo mais ameaçadoras do que outras para a organização familiar. Compreendem-se assim, as razões pelas quais as famílias consideram aceitáveis algumas mudanças em detrimento de outras. Esta organização grupal e a aceitação somente de algumas mudanças, implica perdas de liberdades individuais, inibições e constrangimentos no seio dos seus elementos, correndo o risco de ocasionarem flutuações, diversas trajetórias e desequilíbrios no sistema. No entanto, esses desequilíbrios poderão permitir a construção de novas estruturas, complexificando o sistema e tornando-se num processo dinâmico de mudança.

O tempo passa, os conceitos e a realidade histórico-social modificam... e vão surgindo, fruto das lutas das minorias em alguns países, as “novas” configurações familiares, as famílias homoparentais, compostas por mães e pais do mesmo sexo, entre outras (Ibarra, 2017). Estas configurações familiares, têm obtido maior atenção por parte da investigação, principalmente nos casos da maternidade em pessoas lésbicas (Gato, 2014; Gato & Fontaine, 2011). Juntamente com estas novas estruturas surgem também novos desafios, desequilíbrios e (re)equilíbrios, existindo famílias que se reestruturam após um dos elementos do casal assumir a sua condição de transgénero ou após um processo de *coming-out* de um/a filho/a (Lev, 2004). Acresce a esta abordagem, o facto da existência de uma pessoa trans* na família, poder desafiar as conceções sobre o género nas famílias.

Não foi arbitraria a escolha de uma perspetiva mais tradicionalista para estudo da família, pois somente a temática da transexualidade é diferente, porque um *coming out* poderá implicar uma mudança na organização familiar como qualquer outro tipo de acontecimento.

4. Dinâmicas familiares no processo de construção da identidade Trans*

Devido à existência de uma organização social assente na dicotomia masculino/feminino, a expectativa das famílias acerca do género das suas crianças,

começa ainda antes do nascimento. O imaginário dos pais e mães, assim como da família alargada é povoado por ideias projetadas acerca de como será a criança que está para nascer (Platero, 2014). Essas projeções, não se limitam somente às características físicas (sexo biológico, padrão de beleza), como poderão passar pelo seu género (masculino ou feminino), pelos seus comportamentos estereotipados face ao género eleito/ou conhecido, pela forma de como gostariam que estas fossem quando crescessem, os seus gostos, as suas atividades e até mesmo a escolha de uma profissão (Platero, 2014). Quando estas expectativas não são atingidas, como no caso da existência de um/a filho/a trans*, as famílias podem tornar-se, ou não, apoiantes e/ou experienciar sentimentos de decepção, frustração e mesmo de fracasso sentindo-se responsáveis e culpados por terem “falhado” nos seus papéis de pais e mães, sendo que alguns casais podem não aguentar a pressão, acabando a relação (Platero, 2014)). A forma como a família vai gerir toda a situação dependerá da sua sensibilidade e da flexibilidade com que encara as construções sociais (Platero, 2014).

Logo, a existência de uma pessoa trans* na família não afeta somente a construção da identidade dessa pessoa, como afeta todos os membros dessa família, as dinâmicas, as experiências, as lutas e estratégias de suporte para o fortalecimento de laços familiares (Alegría, 2018). As famílias das pessoas trans* também sofrem as consequências da não conformidade com a binária organização social, e se por um lado os laços podem sair reforçados, por outro lado, podem ocorrer situações de elevada fragilidade em processos básicos de socialização (Platero, 2014).

Assim, apesar de continuarem a existir pouquíssimos estudos sobre os processos de construção da identidade trans* e sobre os processos de modificação corporal, o contexto social e familiar em que estes processos ocorrem tende a não ser objeto de estudo (Dierkcx & Platero, 2018). Estes mesmos autores corroboram a perspetiva de Alegría (2018), ao afirmarem que um processo de construção de uma identidade não normativa e um processo de transição afetam toda a família e provocam uma diversidade de emoções, uma vez que os seus elementos não funcionam como simples espetadores, mas têm poder de influência nesses processos. A diversidade familiar não influencia apenas as vivências dos seus elementos, como está a questionar inclusivamente os discursos acerca da família: crenças, normas, tradições, domínio da heteronormatividade. Assim, Dierkcx & Platero (2018), contrariando a linha de investigação existente, pretenderam entender as vivências das famílias das pessoas trans*. Através do seu estudo, concluiu-se que a família sente necessidade de atribuir

uma significação ao processo de mudança e para tal desenvolve um processo reflexivo que poderá ajudar a melhorar as relações familiares. No entanto, não deixam de ter que enfrentar as reações adversas do meio social, pois, apesar da conscientização acerca da diversidade do género e das alterações legislativas protetoras dos direitos das pessoas trans*, a sociedade tende ainda a apresentar reações predominantemente negativas perante estas pessoas.

Apesar de Portugal estar a cumprir as recomendações das Nações Unidas e ter aprovado a nova lei sobre identidade de género, dando assim um passo muito importante e fundamental enquanto garantia de Direitos Humanos para as pessoas Trans* (ILGA, 2019) nos seus diversos contextos (como escola, saúde, trabalho...) estas pessoas continuam a ser alvo de discriminações e agressões. Alguns desses casos são reportados em forma de denúncia ou queixa, quer pelas próprias vítimas, quer por testemunhas ou até mesmo associações e algumas pessoas não conseguindo ultrapassar estas situações de violência e discriminação, acabam por se suicidar. De acordo com os dados desse mesmo relatório, 13,84% das situações identificadas correspondem a discriminações ocorridas no seio da família (incluindo família alargada) e 16,76% ocorrem mesmo dentro de casa. A transfobia representa 11,88% das motivações para a discriminação (ILGA, 2019).

Continuando nesta abordagem dos efeitos das reações negativas, nem sempre o contexto familiar é protetor, nem sempre o amor de mãe/pai é incondicional. Robinson (2018) apresenta a rejeição familiar como principal motivo para que uma pessoa LGBTQ se torne sem-abrigo, principalmente nos casos em que as relações familiares já estavam anteriormente fragilizadas. Esta rejeição surge moldada por fatores como a pobreza, a instabilidade familiar, a heteronormatividade e a cisnormatividade. De referir ainda, que algumas dessas pessoas que se tornaram sem-abrigo, já anteriormente haviam sido abusadas e criadas em ambientes familiares tensos (Robinson, 2018). Outro flagelo que afeta esta população é o risco de suicídio. Tal como referem Moody & Smith (2013) existe um risco acrescido de ideação e intenção suicida no caso de se pertencer a uma minoria sexual ou de se ter uma identidade de género não normativa. Também a manutenção e o agravamento de relações familiares negativas podem ser influenciada pela família alargada, como exemplo prático de uma dessas situações. Toro (2015), apresenta o caso de Mario, uma criança trans cujas relações com a mãe ficaram seriamente comprometidas por influência da família alargada. Os familiares não aceitaram a condição trans da criança e exerceram vários tipos de pressões sobre a mãe,

para que esta obrigasse a criança a ter uma expressão de género normativa. A pressão atingiu limites de quase corte e aquela família nuclear deixou de ser convidada para participar nos convívios familiares em família alargada. Perante a não-aceitação da sua condição trans*, a relação com a mãe e a saúde mental da criança foram-se deteriorando, tendo acabado por falecer no início da adolescência em consequência da prática de uma atividade ilegal de elevado de risco (Toro, 2015).

Olhando ainda mais para as relações familiares que não são pautadas somente por aspetos positivos, e que dão lugar ao surgimento de sentimentos ambivalentes (quando estão presentes ambas as dimensões positiva e negativa) de uns elementos em relação aos outros. No caso da população GL essa ambivalência é ainda caracterizada por crenças e comportamentos acerca da sua condição e pode promover experiências contraditórias e de tensão nas relações familiares (Reczek, 2016). Este estudo demonstra que quanto mais significativo for o relacionamento para a pessoa, maior tolerância haverá para a continuidade de uma relação ambivalente. Ou seja, é mais difícil romper um relacionamento com as mães ou com os pais, apesar da existência da ambivalência relacional, do que com os/as irmãos/ãs ou com parentes mais afastados, com quem já se torna mais fácil romper relações por causarem mal-estar (Reczek, 2016). Apesar de se tratar de um estudo limitado à população LG, tendo em conta as categorias de opressão que esta população partilha com a população trans*, pareceu oportuna a análise desta perspetiva ambivalente das relações, corroborada pela própria autora, ao referir que em estudos futuros, deveria ser incluída população trans.

Em contrapartida, as relações familiares apoiantes, afirmativas, solidárias e informadas, são um bom preditor de resiliência e saúde mental para a população LGBT (Alegria, 2018). O sentido de pertença a uma família, assim como a confiança nas relações e nos vínculos familiares, ajuda a enfrentar as dificuldades (Platero, 2014).

Com vista a explorar as perceções de adolescentes LGBTQ acerca do apoio parental e familiar, Roe (2016) elaborou um estudo qualitativo no qual emergem quatro conclusões: (a) os/as adolescentes consideraram que o *coming-out* aos pais e mães foi necessário para a manutenção da sua saúde mental; (b) a reação inicial dos pais e mães não foi apoiante (as suas reações variaram entre o ignorar da situação até ao desapontamento e à raiva); (c) os/as adolescentes viam a religião como uma barreira para o apoio parental e para a existência de relações positivas com a família, considerando ainda ser algo que os pais e mães usaram contra eles/as, de forma negativa, para condenar a sua sexualidade; (d) os/as adolescentes querem apoio

explícito por parte dos pais, das mães e dos/as restantes membros da família, ou seja, não querem ter que pressupor esse apoio e gostariam que este fosse mesmo verbalizado e concretizado em atitudes apoiantes (e.g. sair publicamente em sua defesa). O apoio parental e familiar (família alargada, chegando mesmo a referir irmãos/ãs, tios/as e avós) é mais valorizado ainda do que o apoio dos amigos.

Contudo, ao pretendermos perceber o lado mais positivo das interações familiares, principalmente relacionadas com questões sexuais dos adolescentes, deparamo-nos com uma lacuna ao nível da investigação, que se tem focado quase exclusivamente na interação entre pais/mães e filhos, negligenciando o contexto mais amplo da família alargada (Grossman, Richer, Charmaraman, Ceder, & Erkut, 2018). Tentando minimizar essa lacuna, estes/as autores/as pediram aos/às participantes do seu estudo que identificassem os membros da família com quem conversavam sobre a sua sexualidade. A maioria dos participantes referiu conversar mais abertamente com elementos da família alargada (com quem podiam trocar experiências) do que com os pais/mães (com quem evitavam mesmo esse tipo de conversas, por se sentirem mais constrangidos com estes ou receando uma resposta negativa). Perante esta evidência, concluíram que a família alargada pode funcionar como um fator de proteção em questões relacionadas com a sexualidade dos/as adolescentes (Grossman, et al., 2018). Apesar de abordarem aspetos referentes à sexualidade dos/as jovens e não a questões identitárias, colocam-se interrogações acerca das questões identitárias, pois sendo igualmente íntimas, não despoletarão o mesmo tipo de sentimentos, vivências e processos de revelação?

No que concerne à revelação da orientação sexual aos irmãos e à família alargada da orientação sexual LGBQ, existem poucos estudos que tenham essa abrangência, encontrando-se resultados que podem ser indicadores do interesse de expandir esta investigação às questões trans*. Assim, os irmãos e primos, considerados enquanto pares, são tidos como bons interlocutores para uma revelação (Grafsky et al., 2018). No entanto, são as tias das pessoas LGBQ, que surgem com um papel de destaque e suporte no processo da revelação, sendo que têm mais capacidade do que os irmãos para mediar as relações familiares, pois apesar de serem parte do sistema familiar, não integram a família nuclear. Essa posição menos comprometida faz com que sejam consideradas pelos/as sobrinhos/as como assumindo posições mais neutras, menos críticas e menos impositivas das regras familiares do que os pais (Grafsky et al., 2018). Para além do papel de aliadas, as tias podem também assumir o papel de

mentoras, podendo orientar os/as sobrinhos/as no processo de revelação à restante família nuclear e alargada (e.g., quando, como, a quem,). Por manterem uma distância emocional diferente dos elementos da família nuclear, mas por serem simultaneamente conhecedoras e suficientemente envolvidas nas dinâmicas familiares, podem contribuir para o (re)equilíbrio e coesão da família. A sua influência pode ainda traduzir-se no desempenho de um papel de suporte junto dos pais (Grafsky et al., 2018).

Contudo, de modo diferente é percecionada pelos/as netos/as a possibilidade de uma revelação perante os/as avós, podendo a opção recair na manutenção do sigilo. Não será de estranhar que os/as netos/as optem por não revelarem aos/às avós a sua orientação sexual LGB, pois receiam os efeitos que essa revelação possa ter nas relações entre os seus/suas avós e os seus/suas pais e mães (Grafsky et al., 2018).

A qualidade da relação existente com a família alargada poderá funcionar como fator de proteção e apoio para mães e pais ultrapassarem possíveis inseguranças e sentimentos de culpa face à identidade não normativa dos seus/suas filhos/as, considerando que podem expressar as suas inseguranças, bem como os seus sentimentos e emoções, mesmo que sejam negativos, com os seus familiares (Alegría, 2018). Ponderar que o bem-estar das mães e pais, após um processo de *coming-out* do seu filho/a *trans**, cuja resposta inicial é imprevisível, poderá ser desastrosa para os relacionamentos familiares (McGoldrick, Preto, & Carter, 2016) vai surtir efeito sobre o bem-estar dos/as filhos/as e a família alargada poderá influenciar esse bem-estar.

II Parte: Estudo Empírico

1. Objetivos de Investigação

Com o presente estudo pretende-se compreender as vivências, significados e experiências das mães e/ou pais face à aceitação do *coming out* dos/as filhos/as trans* na família alargada, centrando-se em duas questões principais: será que o *coming out* da família nuclear de pessoas Trans* causa alguma alteração nas dinâmicas e relações com a família alargada? (questão 1); de que forma é que as dinâmicas e relações entre a família nuclear e a família alargada são afetadas após um processo de *coming out*? (questão 2).

Com vista a dar resposta às questões anteriores, foram traçados quatro objetivos específicos:

- 1) Compreender como foi efetuado o *coming out* da família nuclear perante a família alargada.
- 2) Constrangimentos do *coming out* nas relações/dinâmicas entre família nuclear e família alargada.
- 3) Identificar formas de atuar utilizadas pela família nuclear face a reação da família alargada.
- 4) Identificar a presença de elementos da família alargada que tenham funcionado como figuras de proteção ou de rotura das relações familiares.

2. Participantes

As/os participantes no presente estudo tiveram como critério de inclusão o facto de serem mães e pais de pessoas trans que já iniciaram um processo de transição (independentemente da fase de transição em que se encontrassem ou do sentido da mesma). Inicialmente o recrutamento das/os participantes foi efetuado por conveniência, recorrendo-se à divulgação pública do pedido de participação (cf, Anexo 1 – onde constam os objetivos e o âmbito do estudo) nas redes sociais, junto de associações e de informantes privilegiados/as, que fizeram a ponte e facultaram os contactos (com a devida autorização das próprias pessoas). Posteriormente houve recurso ao método bola de neve tendo as/os participantes iniciais indicado novas

peessoas. Todas as pessoas foram contactadas através de contacto telefónico ou por correio eletrónico. Nesta fase, foi efetuada uma breve explicação sobre o estudo em questão, para que pudessem tomar uma decisão informada acerca do seu interesse em participar. Para além de serem mães e pais de pessoas trans, pretendeu-se ainda que fossem pessoas representativas de diferentes condições socioeconómicas, faixas etárias, habilitações literárias e ainda oriundas de e residentes em diferentes pontos geográficos de Portugal. Quando se considerou ter atingido o ponto de saturação teórica, ou seja, quando se considerou que a recolha de informação já nada de novo acrescentava face aos objetivos estabelecidos e à questão de investigação, deu-se por terminado o recrutamento de participantes (Fontanella, Ricas, & Turato, 2008). Acrescendo à saturação teórica, torna-se também necessário assumir constrangimentos relacionados com a dificuldade de acesso a uma população tão específica e com questões de prazo para conclusão do trabalho académico, tendo sido necessário estabelecer uma data limite para conclusão dessa tarefa.

Assim, foram entrevistadas doze pessoas, brancas, sendo nove mães e três pais, com idades compreendidas entre 43 e 68 anos ($M = 50,92$ anos e $DP=7,14$). Todas/os as/os são de nacionalidade portuguesa, oriundas/os do litoral norte (cinco), do interior norte (um), do litoral sul (uma), das regiões autónomas (uma) e de África (uma), desconhece-se a origem de três dos/as participantes, sendo todas/os residentes em zonas urbanas do interior norte (três), do litoral norte (cinco), do litoral sul (quatro). No que respeita a habilitações literárias, uma das pessoas tem o ensino básico (9º ano de escolaridade), seis delas têm o ensino secundário (12º ano de escolaridade) e cinco das/dos participantes têm uma licenciatura. Profissionalmente, dez das/os participantes estão ainda no ativo e duas encontram-se já em situação de reforma. Sobre o estado civil, oito das/dos participantes são pessoas casadas, duas delas são divorciadas e outras duas vivem em união de facto. Em nove dos casos, o agregado familiar é composto pelo casal (heterossexual) e filhas/os, um dos outros casos, para além do casal e filhas/os, vive ainda uma cunhada (irmã do marido), nos dois casos restantes, um tem o seu agregado familiar composto por mãe e filho e no outro caso, por participante e uma irmã. Apesar de estarem em diferentes fases do processo, em todos os casos os filhos e filhas apresentam já uma expressão de género correspondente ao género eleito e a situação legal da mudança de género e nome regularizada. Finalizando a caracterização das/os participantes.

Para facilitar a leitura e sistematizar a caracterização das/os participantes, elaborou-se Tabela 1 (todos os nomes são fictícios, atribuídos aleatoriamente e em nada correspondem à realidade nem sequer a ordem de apresentação corresponde à ordem de realização das entrevistas).

3. Instrumento de Recolha de Dados

Tratando-se de um estudo exploratório sobre as vivências e as experiências das pessoas, os seus sentidos e significados, a opção recaiu sobre a metodologia qualitativa, uma vez que pareceu ser a mais adequada para a recolha de informação. Para a tomada de decisão foram ponderados aspetos relacionados com os conteúdos que se pretendem abordar: vivências pessoais, sentimentos, interações familiares, estratégias de resolução de conflitos familiares. Considerando a complexidade dos conteúdos das referidas temáticas, a sua subjetividade e ainda a escassa investigação no domínio da família alargada, não pareceu apropriada a opção por um estudo efetuado através de uma metodologia quantitativa, desajustada para a exploração da experiência humana nos seus aspetos menos conhecidos (Miles & Huberman, 1994, citado por Braun & Clarke, 2013). Assim, a metodologia qualitativa refletindo uma vertente naturalista, humanista, subjetiva (Rubin & Rubin, 1995) surge como possível facilitadora para uma mais profunda exploração dos sentidos, das significações e perceções das/os participantes (Braun & Clarke, 2013) indo ao encontro dos objetivos deste estudo. A metodologia qualitativa promove ainda o respeito e a escuta ativa das/os participantes, incluindo a compreensão da cultura, uma vez que esta influencia o que se diz e a forma como as pessoas são ouvidas e compreendidas (Rubin & Rubin, 1995).

Nesta conformidade, de entre os vários métodos qualitativos possíveis, a opção para a recolha de dados recaiu sobre a realização de entrevistas semiestruturadas, suportadas por um guião de orientação, previamente elaborado, com questões abertas. No decorrer da entrevista o guião pode ser seguido de forma flexível, afim de proporcionar à/ao participante a possibilidade de desenvolver o seu discurso e visão acerca da temática em questão (Sampieri, Collado, & Lucio, 2006) e a abordagem de tópicos não previamente previstos pelas/os investigadoras/es (Braun & Clarke, 2013). Flexibilidade e responsividade são os pressupostos e as principais características do decorrer da entrevista, podendo alterar-se a forma e a ordem das questões dependendo

do contexto e do interesse do/a participante (Braun & Clarke, 2013). De acordo com o exposto, foi cuidadosa e previamente preparado um guião de entrevista (cf. Anexo 2) de acordo com os objetivos deste trabalho e tendo por base a revisão bibliográfica efetuada. No decorrer do processo de elaboração do referido guião, foram realizadas algumas entrevistas-teste (com diferentes pessoas, com maior e menor grau de conhecimento acerca das questões trans) para avaliar se as questões estavam colocadas de forma clara e compreensiva. Estas entrevistas-teste permitiram importantes avaliações, reflexões e momentos de pertinente discussão (quer com pares, quer entre as/os investigadores) que resultaram na reformulação das questões conduzindo à versão final, que, de acordo com as/os investigadores se revelou ser a mais adequada face aos objetivos do trabalho.

4. Procedimento de Recolha de Dados

Tendo em conta a especificidade da temática e das questões, a opção recaiu na realização presencial de todas as entrevistas (apesar da implicação de várias deslocações devido à abrangência geográfica que se pretendia – para minimizar os transtornos na vida das/os participantes, foi a investigadora que sempre se deslocou ao encontro destas/es). Assim, todas as entrevistas foram previamente agendadas de acordo com a disponibilidade das/os participantes. Algumas das entrevistas foram realizadas em salas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, outras em instalações pertencentes às/aos participantes e outras ainda em espaços públicos (jardins) escolhidos pelas/os participantes por permitirem a privacidade e o silêncio necessários para uma conversa que se pretendia reflexiva e onde as pessoas se sentissem seguras e confortáveis (mesmo no caso dos jardins públicos, todas estas condições foram asseguradas). Todas as entrevistas foram antecedidas por um momento de conversa circunstancial, que funcionasse como “quebra gelo” e facilitasse a partilha de vivências e significados das/os entrevistadas/os com a investigadora. Neste tempo e espaço que antecedeu a entrevista propriamente dita, também foi dada, às/aos participantes, uma explicação sobre o estudo e sobre a motivação da investigadora para a sua realização. As/os participantes tiveram oportunidade de colocar todas as questões que entenderam e esclarecer todos os aspetos sobre os quais pudessem ter dúvidas. A entrevista propriamente dita, começou pela leitura e entrega do consentimento informado (documento com informações sobre o estudo em questão e com a garantia

total de confidencialidade e anonimato sobre os dados recolhidos, com o compromisso de que estes seriam usados apenas para fins de investigação científica) (cf. Anexo 3). Posteriormente foi entregue e preenchida a ficha de dados sociodemográficos (cf. Anexo 4). As entrevistas decorreram de forma tranquila, introspetiva, com algumas pausas e alguns momentos de maior emoção e comoção. A entrevistadora esteve atenta à comunicação verbal e não verbal das/os participantes, para intervir caso considerasse necessário solicitar algum esclarecimento adicional ou no caso de haver demonstração de algum desconforto suscitado por alguma questão ou temática. As entrevistas realizadas tiveram tempos de duração variáveis em função das partilhas efetuadas pelas/os participantes, com uma duração média de 53m58s (duração mínima 25m32s e duração máxima 02h09m17s) e todas foram gravadas em formato de áudio, com o devido consentimento das/os participantes (as gravações ficarão guardadas, em suporte informático, pelo período de 2 anos, em cofre existente na casa da investigadora, sendo que somente esta e um familiar têm acesso ao referido código).

5. Pressupostos de Análise de Dados

Os dados recolhidos foram analisados através do método da análise temática, de acordo com o proposto por Braun e Clarke (2006). Esta abordagem qualitativa, identifica e descreve temas e sub-temas/padrões nos dados, de forma a enriquecer a recolha de informação (Braun e Clarke, 2006) sendo a mais adequada para dar respostas aos objetivos do presente estudo. A abordagem construcionista social serviu de base para a análise dos dados, por se aproximar do quadro teórico implícito a este trabalho. Posteriormente seguiu-se uma análise baseada em seis fases de acordo com o proposto por Braun e Clarke (2006):

Familiarização com os dados – após realização das entrevistas, o seu conteúdo foi transcrito, de forma rigorosa, e alvo de verificação áudio/texto afim de se detetar algum possível erro. Posteriormente, repetiu-se várias vezes a leitura intensiva, atenta e ativa do conteúdo das entrevistas, procurando significados e padrões. Nesta fase do processo, a imersão nos dados foi bastante importante, sendo a base da restante análise;

Produção dos códigos iniciais – através da leitura das entrevistas e deixando comentários anotados na transcrição da mesma, recolheram-se informações e características dos dados consideradas relevantes para a investigadora face aos objetivos

do estudo, tendo-se posteriormente agrupado essas características em unidades base de conteúdo, ou seja, em códigos que foram registados numa tabela;

Pesquisa de temas – com todos os dados codificados, organizados e registados, procedeu-se à sua distribuição e combinação em unidades maiores de análise e significado, dando origem aos potenciais temas.

Revisão dos temas – nesta fase foi reforçada a consistência lógica, conferindo-se os temas com os extratos codificados e dando origem à produção do mapa temático da análise (cf. Anexo 5).

Definição e nomeação dos temas – de forma complexa e demorada, nesta fase aprimoraram-se especificidades dos temas, elaborou-se uma narrativa consistente e coerente para os extratos de dados e definiram-se nomes (claramente ilustrativos dos conteúdos que albergam) para cada um dos temas e sub-temas. Foram ainda produzidos mapas de análise para cada um dos temas (cf. Anexos 6, 7, 8 e 9).

Elaboração do relatório – organizaram-se e apresentaram-se os resultados, selecionaram-se os excertos mais significativos, enriquecedores e expressivos e que consolidam a narrativa da história que os dados contam acerca das experiências das/os participantes (Braun & Clarke, 2006,2013).

6. Análise e discussão de resultados

Nesta secção apresentam-se e discutem-se os resultados da análise temática, à luz de referenciais teóricos. Dessa mesma análise dos dados, emergiram quatro temas: ((i) concepções de género; (ii) necessidades; (iii) vivências nas relações face ao *coming out*; (iv) significados e emoções) e os respetivos códigos com os extratos mais ilustrativos. No decorrer do processo identificou-se um organizador central, sendo, a partir deste, que se estabeleceram as relações temáticas emergentes da análise e que se tornam compreensíveis através do presente trabalho (Braun & Clarke, 2013). Do processo analítico resultou então o mapa temático ilustrado pela Figura 1.

Anexo 5. Mapa Temático da Análise de Dados

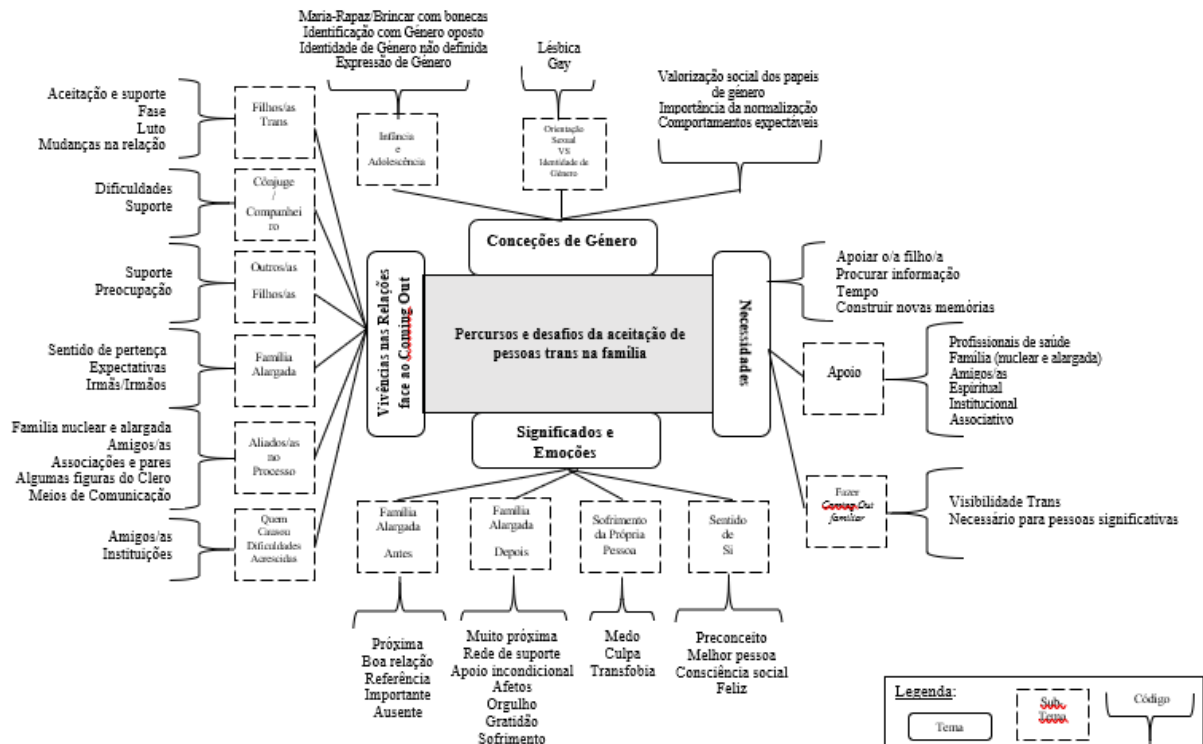


Figura 1. Mapa temático da análise

Apresentam-se e discutem-se os resultados partindo dos códigos que emergiram, que por sua vez deram origem a subtemas (nos casos em que estes existem) e a temas.

6.1. Conceções de Género – (cf. Anexo 6)

Infância e Adolescência

Maria rapaz/Brincar com bonecas ou Identidade de Género não definida:

Desde cedo que muitas/os das/os filhas/os das/os participantes apresentaram comportamentos e preferências que não estavam de acordo com os estereótipos de género associados com o sexo atribuído à nascença, mostrando, inclusivamente, clara preferência por brincadeiras socialmente atribuídas enquanto “naturais” ao género oposto. Sendo as raparigas muitas vezes apelidadas de “Maria rapaz”:

“(...) ele tinha, era o chamado “Maria rapaz” (...) só jogava à bola, só andava de bicicleta (...) tinha todas as características de uma “Maria rapaz”. (Susana)

E os rapazes entendidos como “diferentes” e a gostar de brincar com bonecas:

“Não brincava na rua como os outros miúdos, não jogava à bola (...). Gostava muito de brincar com as bonecas (...) entretinha-se a brincar horas a fio (...).” (Deolinda)

Se para a maioria havia a identificação com o género oposto para outras/os o género com que se identificavam era uma questão pouco definida:

“(...) não tinha uma orientação muito definida desde início. (...) não era muito (...) maria rapaz, de brincar com carrinhos nem nada disso...” (Laurinda)

Identificação com o Género oposto e Expressão de Género

Outra das questões referenciadas pelas/os participantes, foi a identificação das/os suas/seus filhas/os com o género oposto ao que lhes havia sido atribuído. Sendo que esta questão surgiu logo desde tenra idade:

(...) desde os 4 ou 5 anos sempre disse que queria ser homem. (...) quando ela (educadora infantil) dizia “meninos para um lado, meninas para o outro” o “X”, automaticamente ia para os meninos, sem hesitar (...). (...) sem pensar, automaticamente ia para o lado dos meninos.” (Tânia)

O vestuário foi também uma questão bastante referida pelas/os participantes, assinalando a preferência das/os suas/seus filhas/os por roupas tradicionalmente atribuídas ao género oposto:

“(...) ela gostava de pintar as unhas, gostava de se maquilhar (...) vestia saias, às vezes queria sair de saia (...).” (Paula)

Estes resultados vão ao encontro dos resultados obtidos por Ehrensaft (2011), Kuvalanka, Weiner e Mahan (2014) e Moreira (2014), pois verifica-se que as/os participantes foram notando algumas diferenças nos comportamentos e expressões de género das/os suas/seus filhas/os face ao socialmente esperado tendo em conta o sexo biológico atribuído à nascença. De notar ainda, que estes comportamentos ocorreram com a tolerância de pais e mães e sem serem geradores de preocupações. Também aqui

se encontra correspondência com o relatado por Moreira (2014) e por Saleiro (2012). A rejeição de outras formas de vivências, a associação entre sexo biológico e género/cisnormatividade é tão intrínseca que as pessoas não se questionam sequer sobre se poderá ser de outra maneira (Mcguire et al. 2016). Tal como referido ainda por Kuvalanka e colaboradores (2014) e Moreira (2014) apesar de terem reconhecido nas/os suas/seus filhas/os, e logo desde cedo, comportamentos associados ao sexo oposto, mães e pais, confirmaram que, só anos mais tarde, é que foram confrontadas/os com a transexualidade sem nunca se terem sequer questionado acerca dessa questão.

Orientação Sexual Vs Identidade de Género

De acordo com o relatado pelas/os participantes, as/os suas/seus filhas/os foram inicialmente entendidas/os como pessoas homossexuais (gay/lésbica), quer pelas/os próprias/os participantes quer por familiares:

“(...) tinha as minhas suspeitas, por trejeitos, por certas coisas, que poderia ser, um rapaz homossexual. Nunca me incomodou isso, não tenho problemas (...)” (Adão)

“A minha irmã e a minha sobrinha pensavam que era lésbica, durante bastante tempo pensaram nisso (...) tratavam-na de forma absolutamente normal, nunca foi um problema para elas.” (Laurinda)

De acordo com as/os participantes, nunca a identidade de género foi sequer questionada. Ao perceberam a existência de algumas diferenças do que considerariam normativo, os seus pensamentos recaíram em questões de orientação sexual, tal como é avançado por Platero (2014). Aceitar a homossexualidade não seria um problema e representaria um futuro menos desafiante para as suas/seus filhas/os. No seu entender, a transexualidade é mais problemática, devido a fatores relacionados com a visibilidade pública (não se pode esconder dentro de casa) e com a menor aceitação social. Uma das participantes e a sua família, haviam já aceitado a homossexualidade da filha (fez *coming out* da transexualidade no decorrer da década dos 30 anos de idade) como tal, não existia qualquer problema acerca da sua orientação sexual. Noutros dois casos, as/os filhas/os fizeram um primeiro *coming out* de homossexualidade e bissexualidade e só posteriormente o *coming out* da transexualidade. Também estes resultados vão ao encontro dos resultados obtidos por Moreira (2014) que denotou haver alguma confusão e ignorância entre pais e mães na distinção destes dois conceitos.

Valorização social dos papéis de género

As/os participantes cujas filhas fizeram a transição do masculino para o feminino, demonstraram maiores preocupações quanto ao futuro das suas filhas face ao que consideram ser o género mais valorizado socialmente. Foram também as/os participantes que mais referiram situações de *bullying* ocorridas com as suas filhas quando crianças e adolescentes, por não corresponderem aos estereótipos masculinos:

“(...) houve uns casozinhos de bullying (...) chamavam-lhe de Castelo Branco, chamavam outras coisas.” (Cláudia)

“(...) Mas eu também disse “Tu escolheste um caminho fácil... (ironia) porque a sociedade aceita melhor uma mulher que se transforme num homem, que um homem que se transforme numa mulher.” Não? Eu acho que sim.” (Deolinda)

A emergência destes códigos espelha o que são as construções sociais e a valorização sobre o que é ser homem e a estigmatização e desvalorização do que é ser mulher, a opressão e as discriminações associadas e a sua importância no contexto social (União Europeia, 2004). Apesar das mudanças ao nível das políticas sociais e da teórica valorização da participação das mulheres na vida/papel social, na realidade/prática as circunstâncias são bem diferentes, mantendo os padrões anteriores (Nogueira, 2001).

Importância da normalização

Emergiu dos dados a importância da normalização e das transformações físicas e a sua (in)visibilidade:

“(...) a fase de transição, porque depois da pessoa estar, digamos transformada, (...) diria que já ninguém sabe se é trans se não é trans, ou pelo menos assim por fora, que é o que as pessoas muitas vezes reparam (...).” (Carla)

Esta questão coloca-se principalmente durante a fase de transição, em que, apesar de já haver uma expressão de género de acordo com o género eleito, poderão ser ainda percecionadas características que identifiquem o género atribuído à nascença/sexo biológico. Este passar (ou não) despercebida/o, para além de preocupar mães e pais, pode expressar também a vontade das/os próprias/os filhas/os.

Este código reporta para a forma como as pessoas são “lidas” socialmente, através dos seus corpos e da sua expressão de género, como sendo do género masculino ou feminino. Transporta para toda a problematização e questionamento acerca do que são corpos dados como “naturais” (Pontes & Silva, 2018) e do facto de serem entendidas enquanto pessoas trans ou cis numa sociedade cisnormativa. Algumas pessoas trans chegam mesmo a desenvolver performances que lhes permitam dissimular a sua condição trans, sendo entendidas enquanto pessoas cis, como estratégia de proteção e sobrevivência face à discriminação e transfobia de determinados contextos (Ferreira & Natansohn, 2019). As opções por passar ou não despercebida/o são sintomáticas das diferenças das vivências das pessoas. Enquanto alguns/algumas participantes afirmam que as/os suas/seus filhas/os quase preferem ignorar o tema transexualidade e passar despercebidas/os, “normalizando” assim as suas vidas, outras/os optam por dar visibilidade às suas lutas, assumindo-se enquanto pessoas trans, tornando públicas, expondo as suas vivências e o seu papel de resistência.

Comportamentos Expectáveis

Com o assumir do género eleito (o oposto ao atribuído à nascença) e com o processo de mudança em curso, surgiram questões referentes aos comportamentos que seriam considerados expectáveis de acordo com a nova identidade de género e o quanto essa questão influencia também os comportamentos das outras pessoas:

“(...) o pai (...) aceitou que era um rapaz, depois trata-o mesmo como se fosse um rapaz... assim à bruta... (...) acabava quase sempre a chorar quando falava com o pai.” (Laurinda)

“(...) e tem de assumir. E ao assumir tem de agir como um homem, pronto, a partir de agora tens de começar a pensar... se realmente isso que queres ser, queres ser um homem, tens de começar a pensar como um homem (...).” (Carlos)

Conceitos acerca do que é a masculinidade, suas construções e toxicidade começam a afetar as pessoas trans, mesmo ainda em fase de mudança, e a serem alvo de pressões para assumirem comportamentos que se enquadrem dentro das expectativas de masculinidade. Tal como dizem Connell e Messerschmidt (2005) importa questionar estas pressões. Importa repensar estes conceitos, com décadas de existência, mas cada vez mais postos em causa.

6.2. Necessidades – (cf. Anexo 7)

Apoiar a/o filha/o

Independentemente de todas as circunstâncias e da fase de transição em que se encontravam, todas/os as/os participantes foram unânimes ao afirmar a necessidade de apoiarem as/os suas/seus filhas/filhos:

“É o meu filho e eu estou cá para o ajudar naquilo que for preciso (...).” (Tânia)

“(...) estávamos cá para apoiar no que tinha que ser (...) nós tínhamos que apoiar incondicionalmente (...).” (João)

Este apoio incondicional emergiu na importância atribuída à felicidade das/os filhas/os e, em alguns casos, associado também às elevadas taxas de suicídio registadas entre a população trans. A família alargada demonstrou os mesmos princípios. Estes resultados vão ao encontro dos resultados obtidos por Moreira (2014) e por Platero (2014) que salientam o entendimento e tomada de consciências de pais e mães acerca do quão importante é o seu apoio para as/os filhas/os enquanto promotores da sua felicidade e podendo assim reduzir os níveis de sofrimento.

Procurar informação

Aquando do *coming out* as/os participantes admitiram ter falta de conhecimento (e mesmo desconhecimento total) sobre transexualidades e manifestaram a necessidade que tiveram de procurar ajuda e informação:

“(...) não tinha conhecimento, era um assunto que eu também não me interessava porque nunca na vida imaginei que isso ia acontecer, não é?!” (Paula)

Estes resultados seguem na mesma linha dos resultados obtidos por Kuvalanka e colaboradores (2014), Moreira 2014, Platero (2014) e Sharek e colaboradores (2018). As pessoas admitem ter apenas uma vaga ideia acerca das questões trans, necessitando de informação. Acresce também ao desconhecimento, o facto de as pessoas nunca terem ponderado a possibilidade de se verem confrontadas e terem que lidar com as questões de género. Novamente se tornam visíveis aspetos relacionados com a cisnormatividade.

Tempo

O tempo emergiu também como uma necessidade imperiosa no caminho da aceitação. Todas/os as/participantes afirmaram terem precisado de tempo para fazerem (ou estarem ainda a fazer) os seus percursos:

“(...) e uma necessidade, também um pedido de tempo, par mim própria, para poder compreender (...).” (Laurinda)

“(...) aceito completamente, mas tens de me dar o meu tempo também.” (Carlos)

O tempo aparece enquanto facilitador para interiorização e aceitação da transexualidade, assim como para adaptação ao novo nome e pronomes a usar (mesmo no decorrer das entrevistas, foi notória a dificuldade de alguns/mas participantes, que constantemente trocavam os pronomes ao referirem-se às/os suas/seus filhas/os. Também estes resultados se aproximam dos obtidos por Moreira (2014) em que o fator tempo se associa a questões como a aceitação e a adaptação/uso ao novo nome.

Construir novas memórias

A necessidade de memórias conjuntas emergiu dos dados com significativa importância e referida de forma bastante acentuada pelas/os participantes, como tendo implicação direta nos seus processos de aceitação e enquanto causa de sofrimento:

“(...) um filho que já me nasceu com 16 anos. O problema é esse, é que as lembranças que eu tenho dos álbuns de bebés é de uma menina, não é de um rapaz. Eu nunca mais voltei a abrir um álbum... (...) para não sofrer não abro (...).” (Jaqueline)

“(...) fiz tudo com o meu filho. Agora com a minha filha não tenho... quero ter uma história e não tenho. E do mesmo se queixam os meus irmãos. (...) a minha aflição nisto é eu não ter a história com ela. (...) até o meu filho, o irmão disse: ”Oh mãe, tinha um história com “ele” mas com “ela” não tenho. Para mim é quase uma desconhecida”. Eu disse: “Só tens de construir, que é o que eu estou a tentar fazer.” (...) Só gostava de ter mais histórias com ela, não há um passado, não é?” (Deolinda)

É notória a dificuldade em lidar com a falta de memórias, com uma história conjunta, não só em mães/pais cujos/as filhos/as fizeram o *coming out* mais tardiamente como daqueles/as que o fizeram na adolescência. O passado assume aqui uma

importância que se deve problematizar. Brito (2006) na sua reflexão sartriana, aborda a importância do passado no presente, defendendo que o passado é uma dimensão determinante nas construções, não se conseguindo desligar a pessoa da sua dimensão temporal e que o passado é o que permanece sem que se consiga alterar. As/os participantes espelham estas construções. Não se conseguindo dissociar de um passado com um/a filho/a com uma identidade de género diferente, com a qual construíram memórias que determinaram as suas relações. Agora, vendo-se perante “a nova” pessoa, não a reconhecem enquanto figura do passado, surgindo a necessidade de construção de uma nova história conjunta, novas memórias que possam de alguma maneira sobrepor-se às anteriores, na identificação da relação afetiva com os/as seus/suas filhos/as.

Apoio

Dentro deste subtema emergiram necessidades de apoio ao nível de profissionais de saúde especialistas em transexualidades (pois mesmos os profissionais da saúde mental podem não ter conhecimento específico sobre as questões trans); ao nível da família (nuclear e alargada), sendo a família vista enquanto lugar de segurança e pertença; ao nível espiritual, quer para aceitação quer para habituação ao novo nome, ao ser usado em oração; ao nível institucional, porque um processo de transição tem bastantes implicações burocráticas (muitas delas associadas à mudança de nome) e implicações referentes à integração da pessoa trans em determinados contextos (como escolas) podendo ser razão para momentos de grandes constrangimentos e sofrimento; e ao nível associativo, pois a maior parte das/os participantes recorreu ao apoio de várias associações, quer mais direccionado para as/os filhas/os (e.g. consultas), quer para as/os próprias/os (e.g. encontros de pares):

“(...) faz-se tudo pelo jovem trans (...) a família devia ter o mesmo tipo de tratamento (...) com o meu psiquiatra (...) senti-me um pouco desamparada (...) não tenho muita abertura para falar com o meu psiquiatra sobre isso porque eu compreendi a posição dele (...) ele não compreendeu foi a minha...” (Jaqueline)

“(...) não conhecia muito bem o Padre “P”. (...) Marquei uma reunião e fui ter com ele. (...) Saiu-me um peso tão grande das minhas costas, que foi um alívio falar com alguém que não julgou ninguém (...) que estava ali para ouvir e apenas me disse (...) e que Deus não faz aceção de pessoas, independentemente se o meu filho é gay, se é

transexual (...) Deu gosta dele pelo interior, não pelo exterior, portanto foi, foi muito importante. Mesmo muito importante.” (Gabriela)

O extenso rol de necessidades de apoio, espelha a complexidade, as tensões e a envolvimento/abrangência destes processos no seio familiar. Profissionais de saúde, a educadora infantil ou a professora primária que alertou para os diferentes comportamentos da/o filha/o, assim como os responsáveis por serviços administrativos dão contributos e atribuem significados às experiências das famílias. Nos casos em que estas pessoas têm conhecimentos/formação acerca das questões de género, mais fácil se tornam as relações – uma das mães refere que o médico de família ajudou imenso, pois tinha formação na área do género. Também nestes resultados encontramos consonância com os obtidos por Moreira (2014) quando identificou necessidade de apoios formais e informais, no entanto a necessidade de apoio psicoterapêutico e de pares surge agora com maior relevância e valorização, mostrando um nível de consciência diferente por parte das/dos participantes sobre o seu próprio bem-estar. Se não estiverem bem, se subverterem o próprio sofrimento, não conseguiram prestar o melhor cuidado e apoio às/aos suas/seus filhas/filhos – este é sempre o seu objetivo primordial.

Fazer coming out familiar

As/os participantes são unânimes na sua necessidade de partilhar com a família (nuclear e alargada) e/ou amigos/as mais significativas/os, a informação acerca da identidade de género eleita pelas/os suas/seus filha/os:

“(...)”Não contes isso a ninguém, deixa estar em casa.” E eu disse “não dá para fazer isso (...) então eu tive uma miúda, toda a gente sabe e depois apareço com um miúdo com barba! Não dá.” (Susana)

“(...) sem dizer à família sentíamo-nos incomodados (...) sentia-me como se estivesse a enganar alguém... e eu não queria enganar ninguém (...). (Gabriela)

A necessidade de partilhar a questão da transexualidade com a família e/ou amigos/as surge associada às questões: a visibilidade pública das transexualidades e a necessidade de não esconder nada da família. Quanto à visibilidade pública da, após iniciar o processo de transição, ganha contornos de irreversibilidade, só podendo ser mais ou menos notória consoante a “normalização” que a pessoa trans queira (ou não)

atingir. Esta questão foi já abordada no tema anterior, no código “Importância da normalização”. A necessidade de não esconder da família, surge associada a vários fatores: o facto de se sentirem culpados por estarem a esconder algo tão importante de pessoas significativas; o facto de precisarem de recorrer ao apoio da família e dadas as circunstâncias, a revelação surge com carácter de obrigatoriedade; e principalmente, devido à preocupação e proteção das/os próprias/os filhas/os – os encontros familiares acabariam por ser quase inevitáveis a curto/médio prazo (mesmo nas famílias geograficamente mais afastadas esse fator foi referido) e o fator surpresa poderia ter consequências e influenciar o nível de sofrimento e bem-estar das/os filhas/os. Assim, preferem contar antecipadamente para evitar situações constrangedoras e promotoras de stress. Não foi possível obter, na literatura, suporte para estes resultados, por não se ter conseguido encontrar investigações anteriores centradas na família alargada e na envolvimento com a família nuclear. No entanto, no que se refere a percepções de mães e pais, estes resultados contradizem os obtidos no estudo de Moreira (2014), onde a família nuclear não revelava nem procurava suporte na família alargada por perceberem que a sua aceitação poderia ser diminuta. De salientar esta mudança, esta maior abertura por parte das mães e pais face à família alargada.

6.3. Vivências nas Relações face ao *Coming Out* – (cf. Anexo 8)

Com a/o filha/o trans

Referente a este subtema, ressaltam-se códigos relativos: à aceitação da condição trans das/os suas/seus filhas/os, tal como no estudo de Moreira (2014). Mesmo que lhes tivesse causado muito sofrimento e não fosse uma aceitação imediata, pois todas/os admitiram necessitar de algum tempo para chegar a esse ponto. No entanto, nunca consideraram outra opção para além da aceitação (centrada no sofrimento das/os filhas/os e nos níveis de suicídios existentes dentro da população trans). Também o suporte incondicional às/aos filhas/os foi sempre referido, desde apoio emocional até ao encaminhamento/acompanhamento do e no processo de mudança – duas mães mostram-se tão envolvidas, que identificam o processo de mudança da/o filha/o como sendo seu também, referindo-se no plural e usando expressões como “*estamos num processo*”.

Após o *coming out*, a não conformidade com o género atribuído à nascença, foi inicialmente interpretada pela maioria das mães e pais (e mesmo por algumas pessoas da família alargada e dos/as amigos/as) como sendo uma fase:

“(...) ah, isto se calhar é uma fase.” (Susana)

Estes resultados aparecem em consonância com alguns estudos anteriores, de entre os quais Kulvalanka e colaboradores (2014) e Moreira (2014) cujas/os participantes também ponderaram ser uma fase que as/os suas/seus filhas/os estariam a atravessar e como tal poderia dissipar-se no período de desenvolvimento. A ideia da “fase” está socialmente muito enraizada, de tal maneira, que até as próprias pessoas trans se questionam a si próprias (Rodrigues, 2016).

O luto, a necessidade de efetuar um processo de luto, emergiu com acentuado nível de sofrimento, sendo referido, de forma mais ou menos direta, por todas/os as/os participantes. Surgiu sempre a questão da “pessoa antes” a quem trocaram as fraldas, a quem acompanharam o crescimento e a “pessoa depois” que surge na vida das mães e dos pais já em idade mais avançada. Como tal, precisam de deixar “morrer” a “pessoa antes” para dar lugar ao “nascimento” da “pessoa depois”. O decorrer deste processo de luto pode causar alguns constrangimentos, quatro das/dos participantes referem ter problemas associados a fotografias da “pessoa antes” ou porque não as conseguem ver, ou porque ainda necessitam delas na carteira, ou porque as/os próprias/os filhas/os as querem retirar de exposição e esconder e as mães e pais não concordam, pretendendo manter as fotografias da “pessoa antes” e acrescentar as da “pessoa depois”, como se se tratasse efetivamente de duas pessoas diferentes:

“(...) mas é mesmo isso, é luto, eu tive de deixar morrer uma filha (...) para nascer um filho, um filho que já me nasceu com 16 anos (...)” (Jaqueline)

“(...) quis tirar as fotografias todas dele. Eu disse:” Desculpa mas não tiras.” porque eu tive um filho, mas está ali a filha e ponho ali a filha (...)”. (Deolinda)

Sobre as mudanças na relação com a/o filha/o, apenas um participante refere ter agora uma relação mais tensa do que anteriormente e uma mãe e um pai afirmam não ter registado mudanças, todas/os as/os restantes participantes são unânimes ao afirmar que a relação ficou mais próxima, mais aberta, com maior cumplicidade ou mesmo pacificada. Tal como em Moreira (2014) e Platero (2014) as/os participantes avaliam então, de forma positiva as mudanças ocorridas na relação.

“(...) estamos muito próximas, acho que sim, poderá ter reforçado os elos.” (Cláudia)

Com a/o cônjuge/companheira/o

Estas relação apresentam-se pautadas pela dualidade, pois se algumas pessoas afirmam que o casal se apoiou e entreadjudou, outras necessitaram de procurar apoio externo – nos casos em que um dos elementos do casal se apoia no outro mas não retribui qualquer tipo de suporte por incapacidade emocional. Nos casos em que a relação conjugal já não se pautava pelo apoio entre o casal, não ocorreram mudanças. Platero (2014) alerta para os níveis de tensão que podem surgir no seio do casal, podendo até causar uma separação.

Com outros/as filhos/as

Tal como nas relações conjugais, também as relações com outro/as filhos/as se pautam pela dualidade tendo emergidos códigos relativos a figuras de suporte e de preocupação. Figuras de suporte, apoiantes e aliadas quer da mãe e do pai, quer das/os próprias/os irmãs/os trans. Foram referenciados/as por terem sido as pessoas que mais rapidamente se habituaram a usar os novos pronomes mas também por terem as mesmas dificuldades em aceitar a nova identidade das/os irmãs/os. Logo a dualidade mantém-se. Apesar de não ter sido possível encontrar estudos centrados na frateria, estas pessoas fazem parte da família nuclear e todas as vivências contribuem para a construção dos seus significados e experiências.

Família alargada

A família alargada emerge enquanto lugar de pertença, de suporte, desempenhando um papel muito importante na vida das/os participantes. A significância da família alargada é atribuída quer pela sua existência/presença, quer pela sua inexistência/ausência. Ou seja, as/os participantes que têm família alargada e contacto próximo com as/os suas/seus familiares, valorizam e significam positivamente a sua existência, já as/os participantes que não têm família alargada, ou pelo menos não existe qualquer contacto, sentem-se desenraizadas, em lugar de ninguém:

“(...) nós não somos uma pessoa só, nós temos família (...) nós precisamos da nossa família (...) eu não tenho família alargada, eu não tenho ninguém à minha volta (...) mesmo em criança sentia-me perdida (...) uma pessoa sem família, é uma gota num mar sozinha (...) é muito triste. É sentirmo-nos perdidos.” (Tânia)

O apoio das/os irmãs/os emergiu dos dados com bastante relevância (sendo referido pela maioria das/os participantes): em dez dos doze casos analisados, o *coming out* familiar começou por ser com as/os irmãs/os (não o foi somente nos casos em que essas figuras não existem na vida das/os participante, sendo que uma das pessoas não mantém contacto com a irmã e a outra é filha única, mas, mesmo sendo filha única, o *coming out* familiar foi efetuado junto das/os irmãs/os do marido). Para além de terem sido as primeiras pessoas fora da família nuclear a ter conhecimento, mostraram-se apoiantes (só uma mãe transmite alguma frustração ao referir que, apesar da reação no momento do *coming out* ter excedido as expectativas, depois acabaram por não se envolver tanto na situação quanto esta mãe gostaria, tendo essa questão provocado algum afastamento entre a família) e aliadas no *coming out* para a restante família (envolvendo-se diretamente no processo, esclarecendo questões relativas à transexualidade ou sendo ainda elas próprias a passar a informação a outros familiares (a cunhadas/os, sobrinhas/os...) evitando dessa forma que as/aos irmãs/os (pais da pessoa trans) tivessem que passar por mais momentos de constrangimento e sofrimento:

“(...) a minha irmã explicou aos três miúdos (...).” (João)

“Reuni só com os meus irmãos, nem com cunhados nem nada (...) a transmitir aos cunhados e aos sobrinhos (...) tinha que ser o meu irmão ou a minha irmã, dentro de casa, a passar a notícia (...).” (Carlos)

“(...) dou-me muito bem com a minha irmã (...) a minha irmã e a minha cunhada foram as primeiras a saber (...).” (Adão)

“(...) a minha cunhada, que é irmã dele, explicou à mãe o que é ser trans (...) aos filhos também explicou (...) (Paula)

Apesar de não se ter conseguido encontrar estudos com pessoas trans que envolvessem família alargada, estes resultados seguem na mesma linha dos resultados obtidos por Grafsky e colaboradores (2018) que, ao realizar uma investigação direcionada para a população LGBTQ, sobre a revelação a irmãs/os e família alargada, descobriram que as tias (irmãs dos/as pais/mães) assumem um papel de aliadas quer junto das/os sobrinhas/os, quer junto das/os irmãs/os.

Aliados/as no processo

Enquanto aliados/as as/os participantes identificam quer elementos da família nuclear (como cônjuges/companheiros/as ou outras/os filhas/os) como da família alargada (caso das/os irmãs/os referidos no ponto anterior) como destacam também a importância das/os amigas/os, por vezes até geograficamente mais próximas/os do que os familiares e com um papel significativo nas suas vidas, principalmente quando a família alargada não existe ou não se relacionam:

“(...) em relação às amigadas (...) foi em quem eu chorei muitas vezes nos ombros e sempre foram meus aliados em todos os aspetos (...) dentro da família (...) só com as minhas irmãs, esse elo ninguém nos ira nem nunca nos vão tirar (...)” (Jaqueline)

Emergiram ainda outro tipo de aliados, como associações (apoiaram e ajudaram a encaminhar os processos), os pares (pela identificação, compreensão e conhecimentos que partilharam, quando falam entre si das questões, “as coisas” até parecem fáceis de aceitar) assim como algumas figuras do clero (importantes no apoio espiritual) e ainda os meios de comunicação social, pois desempenham um papel importante na divulgação da informação da população em geral, podendo desmistificar a transexualidades e facilitar a aceitação e integração social das pessoas trans e as redes sociais:

“(...) contei ao meu pai, ele não percebeu nada (...) mas depois via as telenovelas “na telenovela também há um caso assim.””. (Paula)

“(...) a minha sogra que é uma pessoa muito católica, leu um texto do Papa muito interessante (...) dizia que não importa o que somos, o que importa é a nossa alma (...) estava a dar um programa (...) com dois rapazes trans e ela telefonou-me de propósito (...) É muito bom.” (Cláudia)

No estudo de Moreira (2014) também a família, os/as amigos/as e os pares, foram identificados enquanto importante apoio informal.

Quem causou dificuldades acrescidas

Enquanto figuras causadoras de dificuldades acrescidas, de constrangimentos, emergiram as/aos amigas/os e as instituições.

As/os amigas/os, enquanto figuras significativas para as/os participantes, quando não apoiantes, aumentaram as suas inseguranças e dúvidas (principalmente no que respeita à questão de “ser uma fase”) causaram tensões e sofrimentos acrescidos (ao procurarem atribuir a razão da transexualidade da/o filha/o a problemas conjugais dos pais/casal (culpabilizando, colocando o ónus da responsabilidade na mãe, por manter uma relação conflituosa) ou ao assumirem o seu nível de preconceito perante estas/es mães e pais):

“(...) essa minha amiga (...) eu confio muito nela, é uma pessoa que admiro (...) mas ao mesmo tempo custa-me, obriga-me a lidar com as minhas dúvidas (...) ou deixa-me mais dúvidas quando me dizem “Será que é mesmo trans? (...) não será do contexto? (referindo-se à relação conflituosa dos pais/casal) (...) mas se o contexto mudasse... (...)” há aqui estas questões (...) separo, não separo (...)” (Carla)

“Um amigo chegou a dizer que se fosse com um filho dele, ele tem um filho da mesma idade, preferia que o filho estivesse morto.” (Cláudia)

Também nesta questão não se conseguiu encontrar literatura relevante, com incidência nesta população e com a qual fosse possível comparar resultados.

Referentes às instituições, as/os participantes identificaram questões associadas à morosidade dos processos, à lentidão dos serviços, e à falta de formação e informação dos/as profissionais dessas instituições.

As alterações legislativas ocorridas nos últimos anos (referidas no enquadramento concetual) tendem a tornar os processos de transição menos morosos e difíceis, no entanto, nem sempre a realidade das práticas vai ao encontro das alterações legais e no decorrer dos processos, são efetivamente muitas as dificuldades que as pessoas trans e as suas famílias têm que enfrentar.

6.4. Significados e emoções – (cf. Anexo 9)

Família Alargada antes do *coming out* Vs Família Alargada depois do *coming out*

Contrariamente aos subtemas anteriores, que foram tratados individualmente, no caso presente, a opção de análise e discussão recaiu no tratamento e apresentação conjunta dos resultados.

Ao significar a relação com a família alargada antes do *coming out* familiar, (à exceção do caso já anteriormente referido, em que a ligação à família alargada é inexistente/ausente) as/os participantes reconhecem a sua importância, afirmam manter boas relações, variando na proximidade (até por questões geográficas e pelos percursos que as pessoas foram seguindo nas suas vidas), na frequência dos contactos, e percecionando os seus elementos enquanto pessoas de referência para as suas vidas:

“Sou filha única (...) adotei a família do meu marido (...). Acho que a família alargada é sempre um ponto de referência para qualquer situação, tanto nos bons e nos maus momentos, portanto é muito importante.” (Gabriela)

Após o *coming out*, surgem novos códigos, assentes, na sua maioria, em aspetos positivos para significar a família alargada. Assim, as relações passam de próximas para muito próximas, a família alargada é vista como rede de suporte, apoio incondicional, afetos, dando lugar à construção de sentimentos como o orgulho e a gratidão:

“(...) cada vez mais tenho orgulho dessa família. Tem muito significado porque eles acolhem o meu filho (...)” Gabriela

Contudo, nem sempre o apoio da família alargada, ou de parte dela, é tão explícito quanto as/os participantes gostariam. Quando o apoio da família alargada fica aquém do expectável para as/os participantes, pode ser causa de sofrimento, como no caso de uma das participantes, em que o não-verbal expressou uma grande tristeza e sofrimento ao falar sobre os sogros, que não aceitam a transexualidade do neto, apesar de usarem o nome masculino, continuam a pensar que é uma fase, não assumem publicamente o neto e continuam a falar na neta (de tal modo que ficam stressados com a visita da família, pois alguém pode ver sair de sua casa dois netos e não um neto e uma neta). Ou ainda, nos casos em que, apesar de não terem havido manifestações negativas face ao *coming out*, também não existiram manifestações de apoio tão claras, evidentes e envolvidas quanto desejariam as/os participantes. Nestas circunstâncias, a reação da família alargada é interpretada pelas/os participantes como negativa, acabando por afetar também negativamente as relações, causando o afastamento entre família nuclear e alargada:

“Nunca ninguém foi negativo, nem nunca ninguém teve nenhuma reação má, não. Foram tímidos na reação (...) Eu gostava que eles estivessem mais presentes, eu gostava que eles fizessem mais perguntas... isso a mim dá-me a sensação que a pessoa, que ok, aquilo está ali, mas não falar muito sobre isso, vamos fazer... parece que não está ali (...) Gostava que eles fossem mais participativos em todo o processo (...) As pessoas que não perguntam, ou fazem de conta (...) eu percebi que são pessoas que, eventualmente não aceitam (...)” (Susana)

Assim, dos dados emergiu a importância atribuída pela família nuclear à aceitação, ao apoio e envolvimento da família alargada – uma das participantes, afirmou que através do convívio com pares, se tornou mais consciente da importância do apoio da família alargada junto da família nuclear. Nos casos em que a família nuclear se mostrou apoiante, as relações mantiveram-se ou ganharam mesmo um maior significado. A reação menos recetiva, apoiante e envolvida da família alargada afetou negativamente as relações entre família nuclear e alargada

De salientar, que independentemente das reações, todas/os as/os participantes foram unânimes ao afirmar que voltariam a fazer o *coming out* para a família alargada da mesma forma que o fizeram anteriormente (um dos participantes referiu inclusivamente, que anteciparia a revelação, pois esteve adiar uma situação causadora de ansiedade, sem razão nenhuma, face à reação de aceitação da família alargada).

Estes resultados corroboram o avançado por Alegría (2018) mostrando que efetivamente a família alargada pode funcionar como fator protetor e de apoio para mães e pais de pessoas com identidades de género não normativas. Nos resultados encontra-se ainda correspondência com o estudo de Roe (2016) em que jovens LGBTQ, tal como as/os participantes deste estudo, manifestam a sua necessidade de receber manifestações de aceitação e apoio explícito e público quer dos/as seus/suas pais e mães, como também dos elementos da família alargada.

Sofrimento da própria pessoa

Neste subtema emergem essencialmente três códigos: medo, transfobia e culpa.

O medo emerge associado à transfobia (questão que será abordada em separado) e principalmente às mudanças corporais, aos efeitos negativos dos tratamentos hormonais (e à sua dependência para toda a vida) e, com bastante incidência na questão das cirurgias. Medo da morte, por considerarem que são o grande suporte dos/as

filhos/as e recearem que esse suporte lhes possa faltar antes de completarem a transição. E, o medo emerge ainda associado à crítica familiar e social, como se o facto de terem um/a filho/a trans, significasse de alguma forma o seu fracasso enquanto mães/pais e uma opção errada por um estilo parental mais permissivo:

“(...) com os meus sogros (...) eu tinha sempre receio (silêncio) do que é que eles fossem dizer quando soubessem, iam dizer que a culpa era minha (silêncio) ou que tinha sido “Ah pois, vocês sempre lhe deram muita liberdade, não é! E depois ela faz estas coisas...”.” (Paula)

A transfobia é uma das principais preocupações das/os participantes, referida de forma unânime. Das questões de *bullying* vividas na infância até ao receio que as/os filhas/os sejam “lidas” socialmente enquanto pessoas trans (principalmente sem o processo de mudança concluído) tudo preocupa estas mães e pais. Manifestaram preocupações associadas: à segurança das/os filhas/os, porque os casos de violência/agressão são notícia e não podem ser ignorados; à discriminação no meio laborar e quanto ao futuro profissional; à vida afetiva e amorosa, pois receiam que não encontrem parceiras/os que as/os aceitem tal como são (ou que as famílias destes não aceitem e possam causar tensões que abalem a relação); e às alterações sociais e políticas, com ascensão de ideologias radicais, que têm vindo a ocorrer um pouco por todo o mundo, que parecem seguir um caminho que aumenta o preconceito e a exclusão/rejeição das minorias:

“(...) um medo que eu tenho bastante, bastante, que tem a ver com o que se está a passar no mundo, com os populismos, com a xenofobia, as extremas-direitas... Eu tenho pavor de que algum... (...) vendo o caso agora da Rússia, vemos que isto está-se a tornar... (...) Bolsonaro’s, Trump’s, Marie’s le Pen e isso... eu tenho medo que chegue a Portugal, tenho bastante medo.” (Susana)

A culpa emerge associada a variadas questões:

Por não se terem apercebido da identidade trans dos/as seus/suas filhos/as mais cedo, por não terem visto os “sinais/alertas”, principalmente nos casos em que posteriormente outras pessoas afirmaram já ter percebido;

Pelo sofrimento que causaram aos/às filhos/as: pelo que viveram antes do *coming out*, mesmo nas situações de *bullying* que tiveram que enfrentar; pelo sofrimento que infligiram aos/às filhos/as durante o período de tempo entre o *coming out* e a sua aceitação (nos casos em que esta não foi imediata); por terem priorizado as opiniões das outras pessoas em detrimento do sofrimento dos/as filhos/as;

Por não terem efetuado de imediato o *coming out* familiar, ocultando a situação da família alargada;

Por não se conseguirem desligar das memórias que associam o/a filho/a ao género anterior e por não terem ainda conseguido construir uma nova história relacional que se sobreponha às lembranças anteriores;

Culpa por não terem estado mais presentes na infância e vida dos/as filhos/as – esta culpa surge associada exclusivamente ao género masculino/pais;

Culpa pelas ideias preconceituosas do passado (a questão do preconceito será abordada no próximo subtema).

“Senti-me bastante culpada por não ter percebido aqueles gestos, aquelas atitudes que eu não consegui identificar como sendo um alerta para... Nunca me apercebi! (...) O meu filho disse-me que já sabia, que todas as atitudes do irmão... naquela altura eram mais para irmão do que para irmã... só eu é que não via...” (Gabriela)

Estes medos e culpas, tão intrínsecos à construção da experiência subjetiva de cada pessoa, influenciaram os seus significados e as suas tomadas de decisão, fazendo com que alguns pais e algumas mães sentissem necessidade de lutar publicamente contra as questões da discriminação e do preconceito, juntando-se a movimentos associativos pelos Direitos Humanos.

As questões relativas ao sofrimento dos pais e mães de pessoas trans, foram também abordadas no estudo de Moreira (2014), em que as/os manifestaram iguais medos e preocupações associadas ao processo de mudança e ao futuro das/os filhas/os foram já alvo de atenção em estudos anteriores. Estes resultados mostram-se também em consonância com os obtidos por Rodrigues (2016) em que as próprias pessoas trans demonstram idênticas preocupações, principalmente no que se relaciona com as questões da transfobia.

Sentido de si

Este subtema emerge associado aos códigos preconceito, melhor pessoa, consciência social e feliz.

A existência de preconceito e discriminação está implícita nos relatos da maioria das/os participantes, sem que o admitissem de forma clara e consciente (algumas pessoas até sentiram necessidade de se justificar, atribuindo outras razões, a comportamentos (próprios ou de outrem) claramente preconceituosos:

“(...) ia no comboio com uma colega e ela dizia: “Ah, olha aquela, de certeza que é lésbica, já a viste?” (...) nem sequer diria que era com um ar de reprovação, era aquela curiosidade (...)” (Carla)

Contudo, três das/os participantes assumem que eram pessoas preconceituosas (mesmo que anteriormente não tivessem consciência desse facto):

“(...) quando era novo, se calhar até tinha um bocado aversão a este tipo de gente (...) que era diferente de mim (...) mantinha uma certa distância. (...) metia-me assim um bocado de impressão, não sei porquê...(...)” (Carlos)

“(...) possivelmente terei alguns preconceitos que pensaria que não teria ou que achava que não tinha (...)” (Jaqueline)

O preconceito está tão enraizado socialmente que as/os participantes sentiram necessidade de o expor, assumindo a diferença entre o que pensavam anteriormente e o que mudou após o coming out das/os filhas/filhos.

Melhor pessoa e consciência social são códigos que surgem associados. As situações com que foram confrontados, as “certezas” que viram abaladas, contribuíram para que repensassem os seus princípios e valores, a sua forma de se relacionarem com o mundo, com as outras pessoas. Crescer, tornarem-se mais solidárias/os, menos egoístas, mais conscientes, foram expressões utilizadas por muitas/os das/os participantes. Esta consciência comportou responsabilidades acrescidas e a necessidade de alterarem a sua forma de estar na vida, assumindo as reivindicações e lutas em prol de verem reconhecidos os direitos das/os suas/seus filhas/os. Esta consciência social implicou que oito das/os participantes se tornassem ativistas, envolvidas/os em movimentos associativos:

“(...) tornou-me numa mãe que enfrenta este mundo e o outro (...) fez-me querer lutar pelos direitos que ele tem, que ele tem que ter, tanto ele como qualquer um. (...) continuar na luta por coisas que eu acho que são injustas (...).” (Tânia)
“(...) estou muito mais consciente (...) não consigo compreender qual é o problema também de respeitarem e de ter atenção à parte social (...).” (Adão)

Felizes, pacificadas/os, recompensadas/os, gratas/os às/aos filhas/os, foi como se definiram a maior parte das/os participantes, após ultrapassarem as dificuldades e os sofrimentos iniciais. Este posicionamento contrapõe com o demonstrado por mães e pais cujos processos estão ainda em fase inicial, não tendo tido tempo nem oportunidade para resignificarem as suas experiências.

“(...) sinto-me bem. E sinto que cresci (...) foram anos de sofrimento, mas anos de crescimento também. Hoje já acho que olho o mundo de modo diferente. (...) acho que sou um melhor Ser Humano. (...) Nesse aspeto tenho muito a agradecer à minha filha (...) eu sinto-me feliz, não me sinto triste nem desiludido com a vida.” (João)

As Ciências Sociais têm proporcionado várias reflexões acerca do preconceito (Nunes, 2016), considerando-se que este se encontra socialmente bem instalado e de tal maneira enraizado que atinge as pessoas não vigilantes de forma inconsciente. Essa realidade é notória quando a participante afirma que “(...) achava que não tinha (...)”. A conotação negativa do preconceito também fica, de certa maneira exposta, com a necessidade que as/os participantes sentiram de justificar situações/comportamentos que na altura consideraram “normais”, mas que agora, já mais conscientes das suas consequências e já mais despertas/os para a problemática, consideram, de forma implícita, preconceituosas. As atitudes preconceituosas são próprias de quem não quer ver, na sociedade, a valorização da diversidade (Platero, 2014; Rodrigues, 2016). O importante na questão do preconceito é ponderar os seus efeitos e consequências nas populações visadas, neste caso, as pessoas trans, que para além de serem alvo de todos os tipos de discriminação, acabam por interiorizar/incorporar estes conceitos, transformando-os em transfobia internalizada (Missé, 2014; Rodrigues, 2016). No decorrer do seu processo, as/os participantes tornaram-se mais conscientes acerca das problemáticas e políticas discriminatórias, assumindo-se com uma maior consciência

social. Passado o tempo necessário, que não é um tempo certo, é o tempo que cada um/a precisou para fazer o seu caminho (Moreira, 2016) livre de preconceitos, as/os participantes, em processos já mais adiantados, manifestaram o seu bem-estar perante a aceitação e apoio das/os suas/seus filhas/os. Estes resultados estão em consonância com os obtidos por Nunes (2016) no seu estudo com homens trans, que ao libertarem-se dos preconceitos atingiram níveis superiores de felicidade.

Conclusão

A partir dos discursos das/os participantes percebe-se que estes percursos começam ainda antes do momento do *coming out*, quando as concepções de género são desafiadas, e as/os suas/seus filhas/os manifestam as primeiras identificações com o género oposto ao atribuído à nascença. Concluindo-se que as concepções normativas de género estão de tal maneira incorporadas, que apesar destas manifestações, a maior parte das pessoas não questionou, ou ponderou, outra possibilidade que não a cisnormatividade.

Através dos discursos das/os participantes, conclui-se que este percurso acarreta necessidades a vários níveis, salientando-se a necessidade que mães/pais sentem de informação/formação e de apoio clínico especializado nas questões da identidade de género, para si próprias/os.

Da análise dos dados, conclui-se que após um processo de mudança, se salienta a necessidade de construção de novas memórias. Durante anos mães/pais viveram uma história com um/a filho/a de um género diferente. Todas as suas referências e memórias estão associadas a essa pessoa. A mudança de género, faz como que emergir uma “nova pessoa”, sem referências no passado. Surge assim a necessidade de (re)construção dessa história, dessa vivência conjunta com a “nova” pessoa, para reconhecimento dos laços afetivos, com alguém tão significativa quanto um/a filho/a. Não se encontrou na literatura qualquer referência a este processo de construção de memórias associado às pessoas trans* e suas famílias, pelo que se pode concluir tratar-se de uma inovação.

Os discursos das/os participantes evidenciam o papel educativo e formativo que pode ser desempenhado pelos meios de comunicação. Algumas pessoas, podem não ter outra forma de aceder às questões acerca da identidade de género e da transexualidade, senão através da informação veiculada por esses meios. Importa pois, aproveitar essa abrangência, para que cada vez mais se tornem visíveis e se normalizem estas questões, combatendo-se assim estereótipos e crenças erróneas acerca das identidades, expressões e comportamentos de género não conformes com os papeis tradicionais.

Os discursos destas/es mães/pais salientam, de forma clara e inequívoca, a importância da família alargada, assim como a pertinência da realização do presente estudo. A família alargada, representa um lugar de pertença e um importante suporte

(em situação de vulnerabilidade, mães/pais precisam do apoio de pessoas significativas e em quem confiam). A inexistência desse lugar de pertença e desse suporte, é entendida negativamente e causa sofrimento. Estas mães e pais, para além de não se sentirem bem ocultando algo tão importante quanto um *coming out* de um/a filho/a da restante família, é muitas vezes a necessidade que sentem do apoio dessas pessoas que leva ao *coming out* familiar. Após o *coming out* mães/pais desejam que a família alargada demonstre, claramente o seu apoio. Conclui-se assim que a família alargada é um suporte significativo para mães/pais de pessoas trans* e os seus elementos podem desempenhar um importante papel enquanto aliados destas/es mães e pais.

Dos discursos dos participantes emerge também a importância da figura das/os irmãs/os enquanto aliadas/os preferenciais. Estas figuras ganham relevo como principal suporte para as/os participantes e enquanto elos de ligação e apoio no *coming out* familiar para a restante família alargada.

Conclui-se finalmente que o *coming out* da família nuclear causa alterações nas dinâmicas e relações com a família alargada. Caso a reação da família alargada não seja tão apoiante quanto mães/pais desejariam, poderá haver afastamento e rotura de relações. Caso a família alargada seja apoiante, ocorre um estreitamento de laços entre família nuclear e família alargada.

Face ao exposto e enquanto implicações para a prática da psicologia, surgem as questões associadas ao apoio clínico especializado para estas famílias, não só para mães e pais, como para elementos da família alargada (e.g. avós). Promovendo o bem-estar psicológico destas pessoas, promovem-se relações afetivas harmoniosas e apoiantes, mantendo a consciência de que todas as pessoas percorrem um caminho diferente, com diferentes experiências e significados.

A formação é outra necessidade que emerge desta pesquisa, onde a psicologia poderá ter um papel de relevância. Esta formação deverá ser facilitada por profissionais devidamente preparados/as nas questões de género, e estarem disponíveis para apoiarem estas famílias. As associações podem aqui desempenhar um papel importante, enquanto facilitadoras do acesso à formação e promotoras de encontros de pares, mas deveria ser feito um investimento formativo, também ao nível das pessoas que trabalham nas instituições, nos serviços (incluindo o comércio) e nos contextos médicos que atendem a população trans*.

Quanto às limitações do estudo, assume-se a escolha da entrevista enquanto instrumento de recolha de dados. Através da entrevista recolhem-se dados de um único momento, em que a/o participante pode estar sob a influência de diversos fatores (até pelo facto de se poder sentir intimidada/o por estar perante uma pessoa desconhecida, a entrevistadora; ou não sendo esta desconhecida, poderá a/o participante estar preocupada/o em “filtrar” a informação, por não querer revelar determinados pormenores das suas vivências. Esta limitação também já foi referida em estudos anteriores por (e.g.) Rodrigues (2016).

Outra limitação prende-se com a diferença de género entre participantes, na sua maioria mulheres. Contudo, os três homens que participaram demonstraram a sua necessidade de falar sobre estas questões. Esta limitação também já foi identificada em estudos anteriores como o de Moreira (2014) e o de Platero (2014), apontando este para questões de masculinidade hegemónica abordadas por Connell (1995) que dificultam a participação de homens na vida dos/as seus/suas filhos/filhas e neste tipo de estudos.

A questão geográfica apresentou-se como uma dificuldade. Pretendia-se que o estudo fosse abrangente e inclui-se participantes de diferentes contextos e zonas do país. Contudo, só se acedeu a participantes residentes em zonas urbanas do Norte (litoral e interior) e do Sul (litoral) de Portugal.

Todas/os as/os participantes assumiram já o seu apoio ao processo de mudança das/os suas/seus filhas/os. Toma-se enquanto limitação, o facto de não ter sido possível aceder a outras mães e pais com atitudes menos positivas e de rejeição da condição trans* das/os suas/seus filhas/os.

Para investigações futuras, sugerem-se estudos que de alguma forma possam aceder às mães e pais a que este estudo não teve acesso em termos de zonas geográficas e diferentes percursos de aceitação, aumentando a representatividade masculina.

Seria ainda bastante interessante realizar um estudo que verificasse se as vivências e significados destas famílias se alteram conforme o sentido de mudança de género das/os suas/seus filhas/os.

Sugere-se também a realização de estudo em famílias com crianças que demonstrem uma não conformidade com o género atribuído à nascença, para evidenciar as questões relativas ao início destes percursos.

Como para além das mães e dos pais, existem ainda outras pessoas significativas na família nuclear, sugerem-se estudos que explorem as vivências e significados das/os irmãs/os de pessoas trans*.

Pensando na família alargada, e na importância que este estudo atribuiu às irmãs/irmãos dos pais e mães de pessoas trans*, evidenciando o seu papel enquanto aliado preferencial, seria interessante perceber também os seus sentidos e significados acerca do papel que representam e das suas conceções de género.

Assim, o presente estudo conseguiu dar resposta às questões formuladas. Importa evidenciar a pertinência deste estudo, apesar de exploratório, para a investigação, ao focalizar-se preferencialmente sobre a família alargada, uma vez que não existem estudos anteriores centrados nesta relação entre família nuclear e família alargada, nos casos de famílias de pessoas trans*. A relevância destas relações ficou evidenciada nas conclusões deste estudo.

De salientar ainda, que as conclusões retiradas a partir dos dados recolhidos neste estudo, não se circunscrevem a produzir conhecimento teórico sobre esta realidade, mas apontam para implicações práticas em termos da intervenção psicológica com estas famílias e para a urgência da formação específica nas instituições de saúde e nas comunidades educativas para serem cada vez mais inclusivas e respeitadoras das diferenças. Acima de tudo, este estudo visou contribuir para o bem-estar das pessoas trans* e das suas famílias, sendo este o objetivo prioritário que mobilizou a investigadora a realizar este investimento de pesquisa.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2002). *Desequilíbrios familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto
- Alegría, C. A. (2018). Supporting families of transgender children/youth: Parents speak on their experiences, identity, and views. *International Journal of Transgenderism*, Doi: 10.1080/15532739.2018.1450798
- APA - American Psychiatric Association (2013). *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*. Quinta Edição (DSM-5™). Lisboa. Climepsi Editores. (pp.541-552).
- APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2018). *Direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género*. Disponível em: https://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Lei_Identidade_de_Genero_Documento_Apoio_APAV.pdf
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa
- Braun, V. & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. London: Sage Publications
- Brito, R. S. (2006). O passado é presença – a importância do passado na construção do ser presente. *Revista Filosofia Capital*. Vol. 1. Edição 1. (2006). ISSN 19826613.
- Connell, R. W. (1995). *Masculinities*. Cambridge, UK: Polity Press
- Connell, R. W. & Messerschmidt, J. W. (2005) Hegemonic Masculinity. Rethinking the Concept. *Gender & Society*. Vol.19 No.6 December 2005 (pp. 829-859) DOI: 10.1177/0891243205278639
- Corrêa, S., & Muntarbhorn, V. (2007). *The Yogyakarta Principles: Principles on the*

application of international human rights law in relation to sexual orientation and 240 gender identity. Obtido em:
http://data.unaids.org/pub/Manual/2007/070517_yogyakarta_principles_en.pdf

Costa, C., Pereira, M., Oliveira, J.M., & Nogueira, C. (2010). Imagens sociais das Pessoas LGBT. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Eds.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 93-147). Lisboa: CIG.

Decreto Regulamentar n.º 38/2018 de 7 de agosto. *Direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa*. Diário da República, 1.ª série, N.º 151. Disponível em:
<https://dre.pt/application/conteudo/115933863>

Dierckx, M. & Platero, R. L. (2018). The meaning of trans* in a family context. *Critical Social Policy*. Vol. 38(1): 79–98. journals.sagepub.com/home/csp
Sagepub.co.uk/journalsPermissions.nav. Doi: 10.1177/0261018317731953

Dragowski, E.A. (2014). Let's talk about gender. *Communiqué*, 43(3), 1; 21-23.

Ehrensaft, D. (2011). Boys will be girls, girls will be boys: Children affect parents as parents affect children in gender nonconformity. *Psychoanalytic Psychology*, 28(4), 528–548. doi:10.1037/a0023828

Ferreira, S.R.S. & Natansohn, L.G. (2019). *Objetos de Aparecer e de Desaparecer de Anastacia: Diálogos sobre Passabilidade Trans* e o Direito ao Manejo dos Próprios dados On-Line a partir de um Estudo de Caso*.

Fontanella, B. J., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: Contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17–27.

Gato, J. (2014). *Homoparentalidades: Perspetivas Psicológicas*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.

- Gato, J., & Fontaine, A.M. (2011). Impacto da orientação sexual e do género na parentalidade: Uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais. *Ex aequo*, 2011, 23: 83-96. ISSN 0874-5560
- Grafsky, E.L., Hickey, k., Nguyen, H. N. & Wall, J.D. (2018). Youth Disclosure of Sexual Orientation to Siblings and Extended Family. *Family Relations*, Doi:10.1111/fare.12299
- Grave, A. (2016). *Desidentificações de Género: Discursos e Práticas*. (Tese de Mestrado) Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Grossman, J. M., Richer, A. M., Charmaraman, L., Ceder, I. & Erkut, S. (2018). Youth Perspectives on Sexualitu Communication With Parents and Extended Family. *Family Relations*. DOI:10.1111/fare.12313
- Ibarra, R. (2017). *21st century family* (8th ed., pp. 61-68). Retirado de https://www.mindshareworld.com/sites/default/files/Culture%20Vulture_Issue%20%238_21st%20Century%20Family.pdf
- ICD-11 – *Mortality and Morbity Statistics*. (2018). Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http://id.who.int/icd/entity/90875286>
- ILGA – Associação ILGA Portugal - Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo (2019). *Relatório do Observatório da Discriminação contra as Pessoas LGBTI+*. Disponível em: <http://bit.ly/observatorio2018>
- ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (2016). *Lei da Identidade de Género: Impacto e Desafios da Inovação Legal na Área do (Trans)Género*. Disponível em: http://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/LIG/Relatorio_Resultados_projeto_EEA.pdf
- Jesus, J.G. (2012). *Orientações sobre identidade de género: conceitos e termos*.

Brasília. Retirado de http://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta__es_po-pula__o_trans
<http://pt.scribd.com/doc/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>

- Kim, J., Spangler, T. L., & Gutter, M. S. (2016). Extended Families: Support, Socialization, and Stress. *Family and Consumer Sciences Research Journal*, Vol. 45, No. 1, September 2016 104–118. DOI: 10.1111/fcsr.12187
- Kuvalanka, K. A., Weiner, J. L., & Mahan, D. (2014). Child, family, and community transformations: Findings from interviews with mothers of transgender girls. *Journal of GLBT Family Studies*, 10, 354–379. doi:10.1080/1550428X.2013.834529
- Lev, A. I. (2004) *Transgender Emergence: Therapeutic guidelines for working with gender-variant people and their families* (pp.15-18). New York, NY: Routledge
- Marinho, I. C. M. O. (2019). *Intenções Parentais, Vias para a Parentalidade e Experiências no Contexto de Saúde de Pessoas Trans*. (Tese de Mestrado) Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- McGoldrick, M., Preto, N. G. & Carter, B. (2016). *The Expanding Family Life Cycle: Individual, Family, and Social Perspectives*. 7 (pp.137-154).
- McGuire, J. K., Kuvalanka, K., Catalpa, J. M., Toomey R. B. (2016). Transfamily Theory: How the Presence of Trans* Family Members Informs Gender Development in Families. *Journal of Family Theory & Review* 8, 60–73 Doi:10.1111/jftr.12125
- Missé, M. (2014). *Transexualidades: Outras Miradas Possíveis*. 2ª Edición Barcelona, Madrid: egales editorial
- Moody, C., & Smith, N. G. (2013). Suicide protective factors among trans adults. *Archives of Sexual Behavior*, 42(5), 739–752. doi:10.1007/s10508-013-0099-8

- Moreira, C. (2014). *A caminho da aceitação... Vivências de mães e pais face à identidade de género dos/as filhos/as não conforme o sexo*. (Tese de Mestrado) Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Nogueira, C. (2001). Feminismo e Discurso do Género na psicologia Social. *"Psicologia & Sociedade: revista da Associação Brasileira de Psicologia Social"*. ISSN 0102-7182. 13:1 (2001) 107-128.
- Nunes, L.R. (2016). *Metamorfoses: Identidades e Papéis de Género. Um Estudo com Transhomens* (Tese de Mestrado) Escola de Ciências Sociais, Departamento de Psicologia, Universidade de Évora.
- Oliveira, M., & Nogueira, C. (2010). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Pinto, N., & Moleiro, C. (2012). As experiências dos cuidados de saúde de pessoas transexuais em Portugal: Perspetivas de profissionais de saúde e utentes. *Psicologia*, 26(1), 129. doi: 10.17575/rpsicol.v26i1.266
- Platero, R. (2014). *Trans*exualidades: Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Pontes, J. C., & Silva, C. G. (2017). «Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans», *Periódicus I* (8): 396-417. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i8.23211>
- Reczek, Corinne. (2016). Ambivalence in Gay and Lesbian Family Relationships. *J Marriage Fam.* 2016. June 1; 78(3): 644–659. doi:10.1111/jomf.12308.

- Relvas, A. P. (2006). *O Ciclo Vital da Família – Perspectiva Sistémica*. Coimbra: Edições Afrontamento
- Robinson, B. A. (2018). Conditional Families and Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer Youth Homelessness: Gender, Sexuality, Family Instability, and Rejection. *Journal of Marriage and Family*, 1. Doi:10.1111/jomf.12466
- Rodvalho, A. M. (2017). *O cis pelo trans. Estudos Feministas*. Florianópolis, (pp.365-373).
- Rodrigues, L. (2016). *Viagens Trans(Género) em Portugal e no Brasil: Uma Aproximação Psicológica Feminista Crítica*. (Tese de Doutoramento) Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Roe, S. (2016). “Family Support Would Have Been Like Amazing”: LGBTQ Youth Experiences With Parental and Family Support. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, Vol.25(1) 55-62, Doi: 10.1177/1066480716679651
- Rubin, H. and Rubin, I. (1995). *Qualitative interviewing: The art of hearing data*. London: Sage
- Saleiro, S. (2013). *Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género* (Tese de Doutoramento). Instituto Universitário de Lisboa.
- Sampieri, R. H., Collado, C. H., & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa* (3ªed). São Paulo: McGrawHill.
- Sharek, D., Huntley-Moore S. & McCann E. (2018). Education Needs of Families of Transgender Young People: A Narrative Review of International Literature. *Issues in Mental Health Nursing*, 39:1, (pp. 59-72) Doi: 10.1080/01612840.2017.1395500

- Stryker, S. (2006). (De)subjugated Knowledges: an introduction to transgender studies. In S.Stryker & S.Whittle (Eds.), *The transgender studies reader* (pp.01-17). New York: Routledge
- Teixeira, T. (2016) *Entre o Humano e a Normatividade: Uma analítica Queer em torno do (não-) binarismo de género*. (Tese de Mestrado) Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Toro, X. (2015). Niños y niñas transgéneros: nacidos en el cuerpo equivocado o en una sociedade equivocada?. *Revista Punto Género* nº 5 (pp. 109-123). Universidade Católica. Chile
- União Europeia. (2004). *O essencial sobre o Género: Conceitos básicos*. (pp. 23-32)
- WHO - World Health Organization (2010). ICD-10: *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems*. Disponível em:
<http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2010/en>
- WHO – World Health Organization (2018). *The International Classification of Diseases 11th Revision is due by 2017*. Disponível em:
<http://www.who.int/classifications/icd/revision/en/>

Anexos

Anexo 1. Pedido de colaboração em estudo de Mestrado em Psicologia

A quem de direito,

O meu nome é Ana Maria Moreira da Silva, sou estudante do 5^a ano do Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e estou a desenvolver, no âmbito da minha Tese de Mestrado, sobre a Orientação do Professor Doutor Carlos Gonçalves da FPCEUP e da Professora Doutora Liliana Rodrigues do ISAVE-Instituto Superior de Saúde e do CPUP, uma investigação sobre as relações desenvolvidas nos contextos familiares com pessoas Trans. Para a realização deste estudo, necessito de entrevistar pais ou mães de filhos/as Trans.

Para tal, venho solicitar a sua colaboração, no sentido de me proporcionar uma entrevista caso seja mãe/pai de um/a filho/a Trans ou que possa divulgar o presente estudo nas suas redes de contacto.

Os dados recolhidos são confidenciais e, em momento algum, os/as participantes serão identificados, de acordo com o regulamento de proteção de dados em vigor.

Além disso, após a conclusão da referida investigação, divulgarei os dados da investigação às próprias pessoas entrevistadas, caso tenham interesse. Agradeço a atenção dispensada com o assunto e fico a aguardar o favor de uma resposta.

Tendo em conta o tempo disponível para terminar a investigação necessito de resposta ao meu pedido o mais breve possível, preferencialmente até ao dia **15 de fevereiro de 2019**. Deixo, em anexo, os meus contactos de email e telemóvel, para o caso de pretenderem eventuais esclarecimentos.

Muito atentamente

Anexo 2. Guião de Entrevista

Objeto do estudo – Explorar vivências e experiências de mães e/ou pais de pessoas Trans, face ao *coming-out* dos/as filhos/as na família alargada.

Questões de entrevista:

1 – Pode pf falar-me do significado que teve para si a relação com a família alargada, ao longo da vida?

2 – Fale-me sobre a forma como teve conhecimento de que o seu/sua filho/a tinha uma identidade de género não conforme com o sexo atribuído à nascença? [quando e como teve conhecimento; o que sentiu nesse momento; como reagiu]

3 – Pode pf falar-me como se sente, neste momento, perante esse facto?

4 – A família alargada teve conhecimento desse processo de *coming-out*?

Se sim:

4.1 – Pode falar-me de que forma aconteceu essa revelação? [quando, a quem e como; se a reação da família alargada esteve de acordo com as expectativas; como se sentiu nesse momento; o que significou ter sido efetuada essa revelação]

Se não:

4.2 – Porque motivo/s optou por não contar? Fale-me um pouco desse processo. [como se sente perante o facto de não ter contado; o que pensa sobre esse processo]

Ambos os casos:

5 – Neste momento, faria alguma coisa de forma diferente? Fale-me um pouco mais sobre isso? [o quê; porquê]

6 – Pode falar-me do significado que teve para si, a relação com a família alargada no decorrer de todo este processo de *coming-out* do/a seu/sua filho/a?

7 – E neste momento, que significado tem para si a sua relação com a família alargada?

8 – E agora, que mudanças considera que este processo trouxe para si e para a sua relação com o/a seu/sua filho/a?

9 – Como se sente perante essas mudanças?

10 – No decorrer de todo esse processo, teve alguém que se tenha tornado seu/sua aliado/a ou que lhe tenha trazido constrangimentos/dificuldades? [quem; como se sentiu/sente perante essa pessoa/todo o processo/situações]

Finalização da entrevista:

O que achou/sentiu durante esta conversa? [desconforto, bem estar, mal estar...]

Gostava de acrescentar algo que não tenha sido ainda falado?

Agradecimento

Quero mais uma vez agradecer a **disponibilidade** que teve para fazer parte deste estudo e o **tempo** que dispensou para a realização da entrevista.

Continuarei ao dispor para esclarecer qualquer dúvida ou questão e assumo também, desde já, o compromisso de facultar informações sobre os resultados do estudo, caso assim o pretenda.

Muito obrigada e tenha um bom resto de dia.

Anexo 3. Declaração de consentimento informado

Foi solicitada a minha participação na dissertação de mestrado de Ana Maria Moreira da Silva, a decorrer na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Esta dissertação encontra-se sobre a orientação científica do Professor Doutor Carlos Gonçalves da FPCEUP e da Professora Doutora Liliana Rodrigues do Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP), Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

O objetivo do estudo é compreender as vivências e experiências das mães e/ou pais face à aceitação do *coming-out* dos/as filhos/as trans na família alargada.

Foram-me prestadas todas as informações relacionadas com os objetivos e os procedimentos do estudo e todas as minhas questões e dúvidas foram esclarecidas.

Além disso, fui informado/a de que tenho o direito de recusar, em qualquer altura, a minha participação neste estudo. Fui informado/a, também, de que **TODOS OS DADOS RECOLHIDOS NO DECORRER DO ESTUDO SÃO TOTALMENTE CONFIDENCIAIS**, com garantia de anonimato e serão apenas usados para fins de investigação científica, no âmbito da dissertação de mestrado na área de Psicologia, de acordo com o de acordo com o Regulamento Geral da Proteção de Dados de 2016/679 da União Europeia que entrou em vigor a 25 Maio de 2018 em Portugal. Fui ainda informado/a que terei acesso a todas as publicações resultantes do estudo e que se relacionem com a minha colaboração no mesmo. Por tudo isto, aceito participar neste estudo, que consiste na resposta a uma entrevista, que me deram conhecimento que será gravada em áudio.

A mestranda, Ana Silva, pode ser contactada através dos e-mails ana_mm_silva@hotmail.com ou up201406626@fpce.up.pt para esclarecimento de qualquer dúvida associada à investigação.

Participante: _____
Local: _____ Data: _____

Mestranda: _____
Local: _____ Data: _____

Anexo 4. Dados Sociodemográficos

Idade: _____

Sexo/Género: _____

País e Localidade de origem: _____

Localidade de Residência: _____

Escolaridade:

- Ensino básico _____
- Ensino secundário _____
- Ensino superior _____
 - Licenciatura _____
 - Mestrado _____
 - Doutoramento _____
 - Área de formação: _____

Situação profissional:

- Profissão: _____

- Empregado/a _____
- Desempregado/a _____
- Outra _____

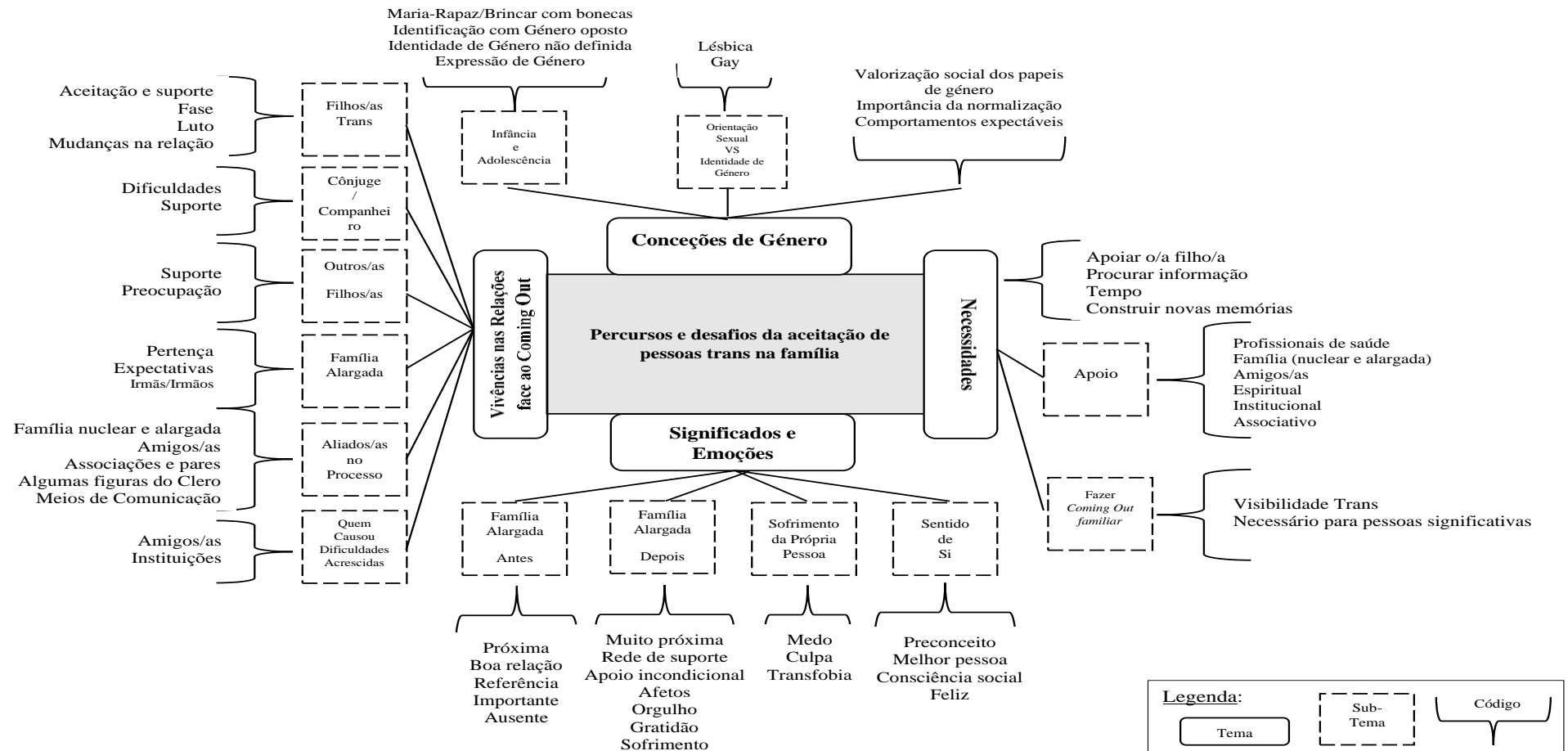
Estado civil:

- Solteiro/a _____
- Casado/a _____
- Viúvo/a _____
- Divorciado/a _____
- Separado/a _____
- Em união de facto _____

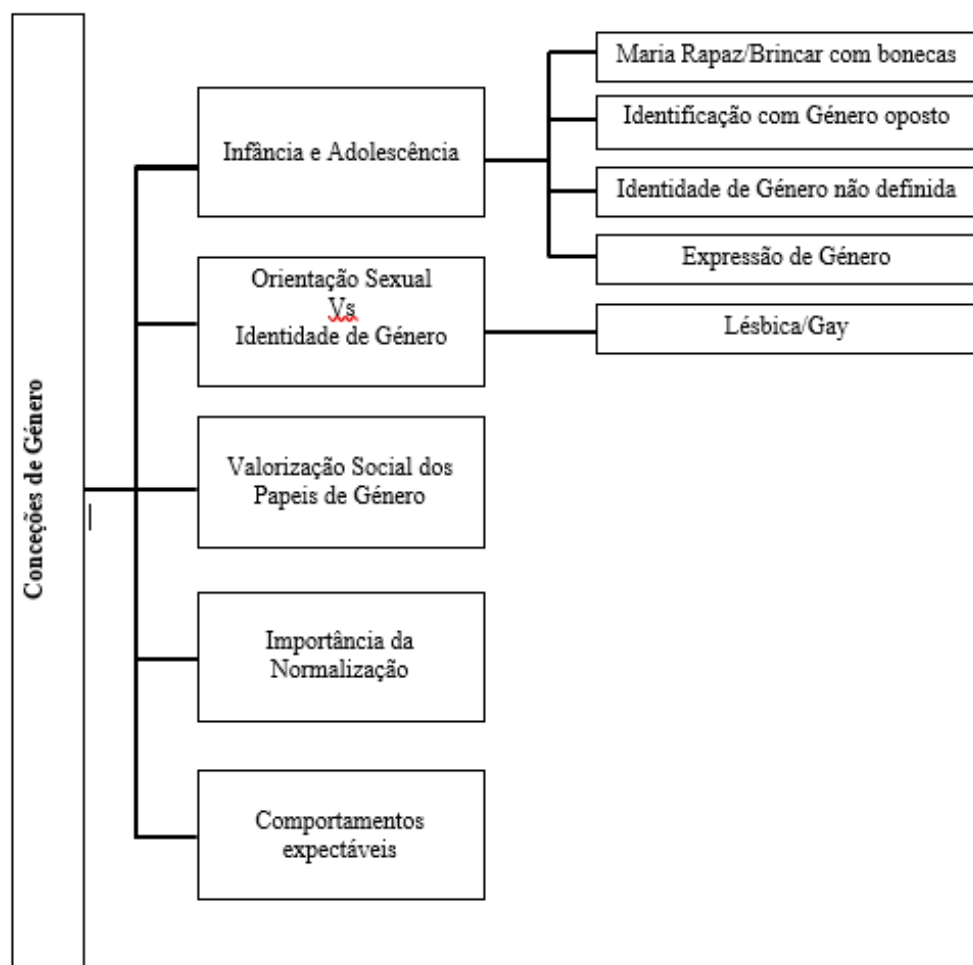
Quem faz parte do seu agregado familiar: _____

Relação de vínculo com a pessoa trans: _____

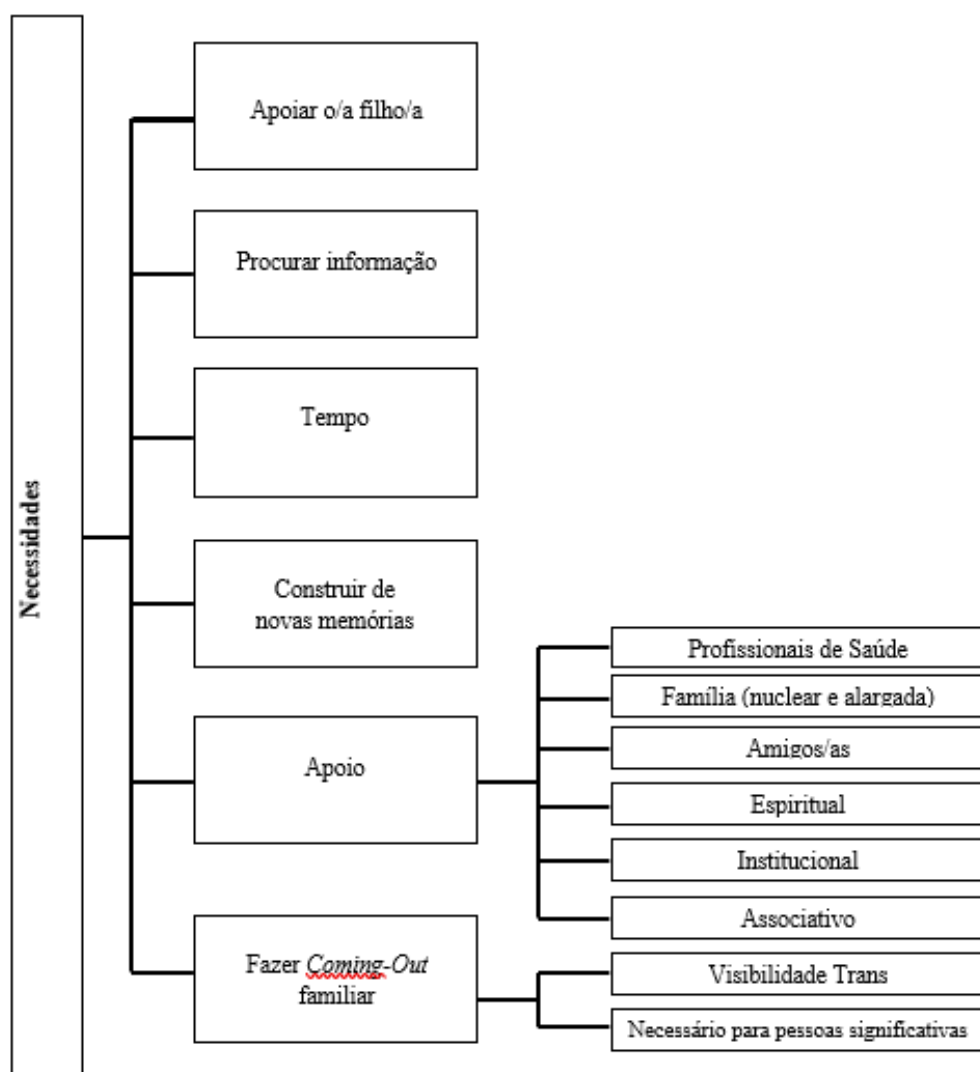
Anexo 5. Mapa Temático da Análise de Dados



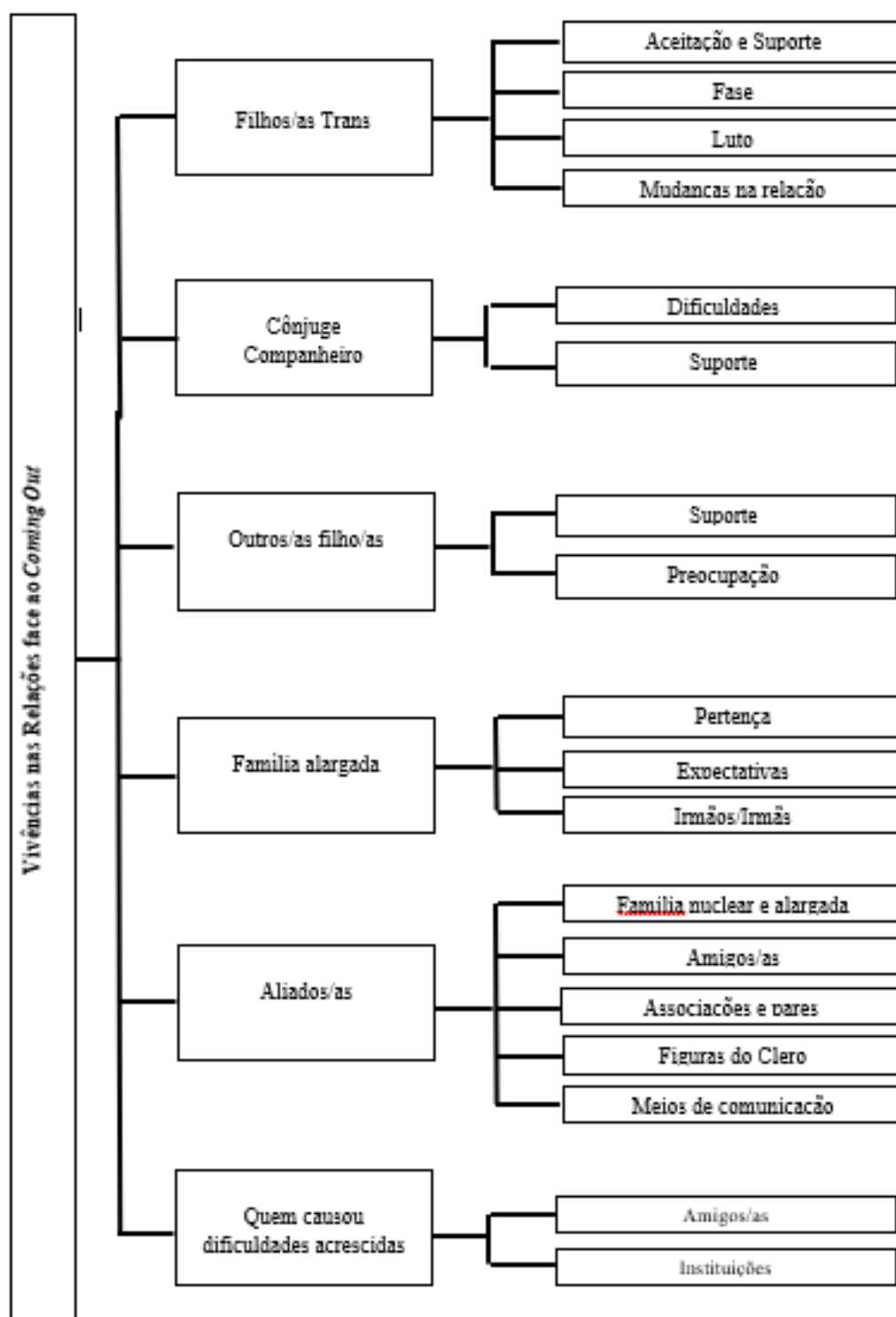
Anexo 6. Mapa do Tema “Conceções de Género”



Anexo 7. Mapa do Tema “Necessidades”



Anexo 8. Mapa do Tema “Vivências nas Relações face ao *Coming Out*”



Anexo 9. Mapa do Tema “Significados e Emoções”

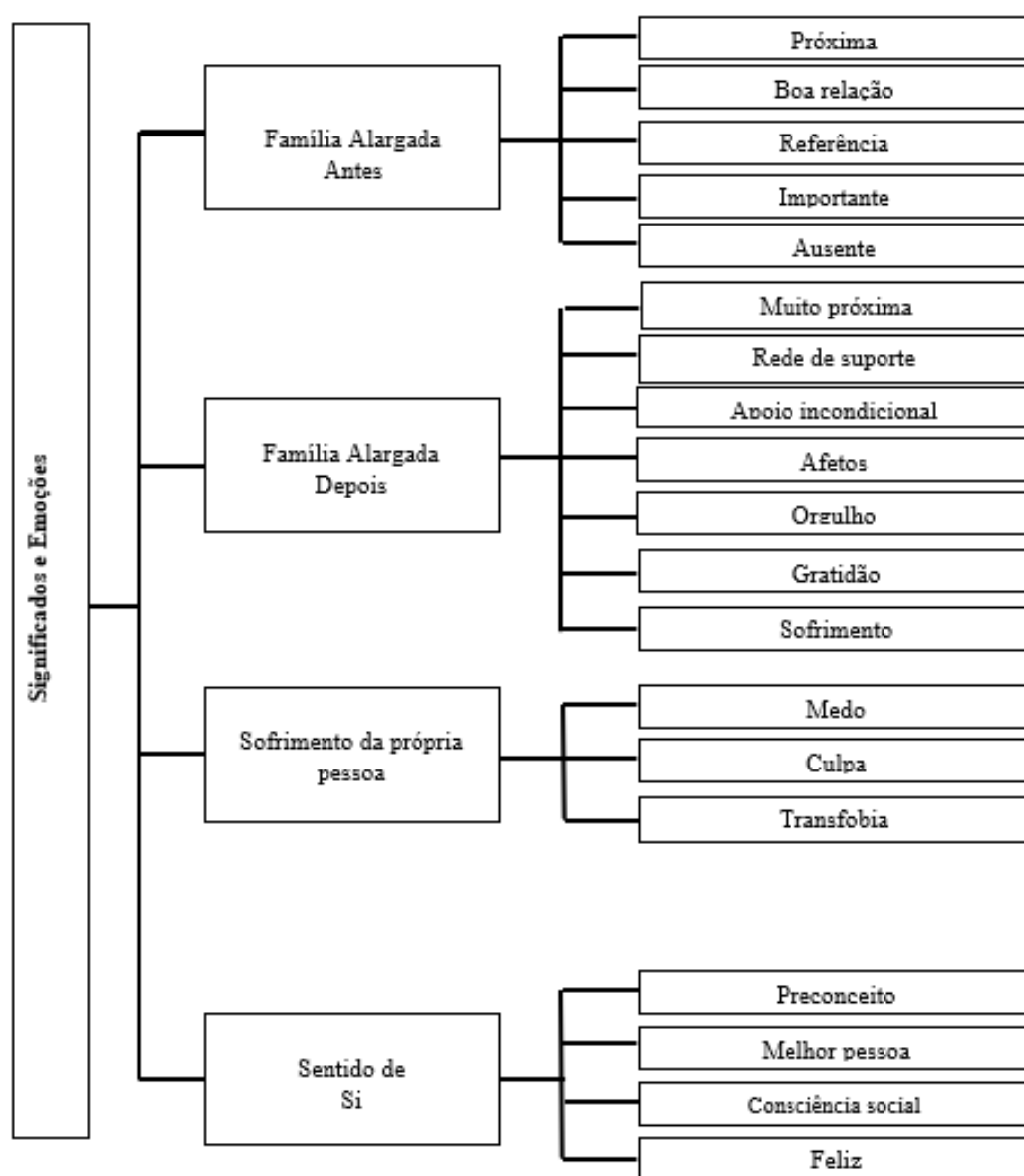


Tabela 1. Dados Sociodemográficos das/os participantes

Nome	Idade	Gênero	Local de Origem	Local de Residência	Habilitações Literárias
Tânia	43	Feminino	-----	Sul Litoral	Ensino Básico (9º ano)
Paula	47	Feminino	Norte Litoral	Norte Litoral	Licenciatura
Gabriela	44	Feminino	-----	Norte Interior	Ensino Secundário
Adão	52	Masculino	Norte Interior	Norte Litoral	Licenciatura
Susana	45	Feminino	-----	Sul Litoral	Ensino Secundário
Jaqueline	46	Feminino	Africa	Norte Interior	Ensino Secundário
Deolinda	68	Feminino	Sul Litoral	Sul Litoral	Ensino Secundário
Carlos	48	Masculino	Norte Litoral	Norte Interior	Ensino Secundário
Carla	56	Feminino	Região Autónoma	Sul Litoral	Licenciatura
Laurinda	60	Feminino	Norte Litoral	Norte Litoral	Licenciatura
João	49	Masculino	Norte Litoral	Norte Litoral	Ensino Secundário
Cláudia	53	Feminino	Norte Litoral	Norte Litoral	Licenciatura